

EXCLUSIVO

Secretário de Recursos Hídricos, César Augusto Pinheiro,
fala das principais conquistas de sua gestão



ÁGUAS do BRASIL

Revista do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - Ano 1 - número 1

**ENCONTRO ESTADUAL E NACIONAL DE
COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO



SUMÁRIO

24

Entrevista
César Pinheiro
Os comitês de bacias são o setor mais importante da Secretaria de Recursos Hídricos

32

Gestão integrada de recursos hídricos do Estado do Ceará
A história de um conceito

38

A importância da comunicação e mobilização para os Comitês do Ceará

23

Visão de Futuro
Cinturão das Águas

34

CBH-CURU
O primeiro Comitê do Ceará

42

Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental

26

Novo paradigma cearense:
Uma lei de águas construída por várias vertentes

36

A comunicação como política estratégica de mobilização

46

Conselho de Altos Estudos:
Estratégias e políticas para o desenvolvimento do Ceará

OPINIÕES

4

Benedito Braga
PRESIDENTE DO COMITÊ INTERNACIONAL DO 6º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA E VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA

10

Lupercio Zirolto Antonio
COORDENADOR GERAL DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

15

João Luiz Nicolodi
PROFESSOR DO INSTITUTO DE OCEANOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

21

Cassilda Teixeira de Carvalho
PRESIDENTE NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

6

José Machado
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

12

Carlos Eduardo Nascimento Alencastre
CONSELHEIRO DO CNRH REPRESENTANDO OS COMITÊS DE BACIA

16

Luiz Roberto Moretti
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DOS COMITÊS PCJ

30

Ingrid Illich Muller
PRESIDENTE DA ABRH – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS

7

Vicente Andreu
DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

13

Mario Dantas
COORDENADOR ADJUNTO DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

18

Apolo Heringer Lisboa
MÉDICO E EX-PRESIDENTE DO CBH-VELHAS/MG

31

Francisco José teixeira
PRESIDENTE DA COGERH

8

Silvano Silvério da Costa
SECRETÁRIO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

14

Percy Soares Neto
CONSULTOR DA REDE DE RECURSOS HÍDRICOS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

20

Everton Luiz da Costa Souza
PRESIDENTE DA ABAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

40

Berthyer Peixoto Lima, Márcia Soares Caldas, Maria Zita Timbó Araújo

FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

REBOB - REDE BRASIL DE ORGANISMOS DE BACIA

Rua Silves, 100 - 16200.028 - Birigui, SP - +55-18-3642.3655

comitesdobrasil@ig.com.br - www.encob.org

Maria Zita Timbó Araújo, Coordenadora Técnica da revista no Ceará (SRH/CE)



Editora Assaré Ltda ME. Rua Waldery Uchôa, 567 A ■ Benfica, Fortaleza, Ceará ■ CEP: 60020-110 ■ e-mail: assare@editoraassare.com.br. Fone/fax: (85) 3254.4469

TODOS OS DIREITOS SÃO RESERVADOS. É proibida a comercialização e a reprodução total ou parcial, especialmente por sistemas gráficos, microfilmáticos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos ou qualquer outro meio ou processo existente ou que venha a ser criado.

PREZADOS AMIGOS,

A constante busca pela efetiva sustentabilidade necessária ao desenvolvimento dentro do gerenciamento dos recursos hídricos constitui e formata atualmente um dos principais temas de importância estratégica dentro do cenário mundial. A luta permanente que o homem trava contra a escassez e degradação deste importante e precioso líquido chamado água ultrapassa fronteiras, transpõe bacias hidrográficas e aponta para a necessidade urgente de ações e atividades integradas, da elaboração conjunta de planejamento socializado e de uma implantação uniforme de normas e procedimentos.

Busca o homem racional e globalizado de hoje, recuperar dezenas de anos perdidos no tempo quando “cuidar da água” era tópico deixado de lado no desenfreado planejamento desenvolvimentista.

Assim, quando atualmente percebemos a grande ênfase à influência direta que os recursos hídricos exercem no desenvolvimento de uma determinada região, é primordial reforçar a discussão ampla e necessária nesta questão fundamentalmente através da gestão participativa que é a forma mais democrática e integrada de apontar soluções, estabelecer metas e diretrizes e disciplinar os limites para os usos múltiplos da água numa determinada bacia hidrográfica. Os Comitês de Bacias Hidrográficas, colegiados que integram representantes de usuários, poder público, ONGs e sociedade civil em geral, hoje a base do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, se firmam assim fortemente como os verdadeiros fóruns das águas.

Da elaboração de um Plano de Bacia a uma simples ação de educação ambiental continuada localiza-



LUPERICIO ZIROLDO ANTONIO, Coordenador Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
comitesdobrasil@ig.com.br

da, o compartilhamento na tomada de decisões torna-se fundamentalmente necessário e a discussão do desenvolvimento sustentável em determinada região hidrográfica passa indiscutivelmente pela discussão do papel dos recursos hídricos, seja pela compatibilização dos usos ou pelo posicionamento das responsabilidades inerentes. E este é o trabalho extraordinário que os Comitês de Bacia vêm realizando em muitas regiões do nosso país.

Atualmente, aproximadamente 45% do território brasileiro possuem Comitês de Bacia implantados ou em fase de implantação, o que significa que neste espaço hidrográfico, a sociedade como um todo, estratégica e participativamente decidiu de forma compartilhada realizar a gestão de recursos hídricos de forma integrada e interativa, estabelecendo critérios, definindo ações e estabelecendo políticas públicas necessárias para a preservação das águas. Os restantes 55% do território nacional, na maior parte concentrado nas regiões norte e centro-oeste, se ainda não implantou seus Comitês de Bacia pela abundância caracterizada de água, já estu-

da fórmulas de integrar a sociedade numa sempre discussão ampla pela gestão participativa e compartilhada.

Desta forma, este Fórum Nacional de Comitês de Bacia, neste cenário, tem como missão primordial articular os Comitês de Bacia em nível nacional, visando o fortalecimento dos mesmos como parte do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, de forma descentralizada, integrada e participativa.

Estarmos chegando à realização do XII ENCOB Encontro Nacional de Comitês de Bacia a ser realizado em Fortaleza/CE no período de 22 a 26 de novembro deste ano, portanto, nos aponta para enfatizar a necessária e urgente mobilização que devemos provocar dentro da sociedade para que através de processos contínuos de comunicação, participação e integração, possamos estabelecer e construir “pontes” entre os habitantes, municípios, nações ou simplesmente entre pessoas visando a busca de soluções integradas que recuperem, preservem e conservem este líquido precioso para nossa vida.

Este XII ENCOB, como definido pelo nosso Colegiado Coordenador, traz como pano de fundo a discussão sobre a importância da comunicação e mobilização para uma efetiva gestão compartilhada e participativa das águas em nosso Brasil, que resultará em fomento à políticas públicas necessárias para a recuperação e preservação deste precioso líquido de forma sustentável e alinhado com o desenvolvimento. É o fator água sendo obrigatoriamente colocado na agenda política do país.

Esta Revista número 1 a ser editada pelo nosso Fórum Nacional de Comitês de Bacia, doravante com periodicidade semestral, deverá ser o palco para a colocação de nossas realizações, idéias, contextualizações e fundamentalmente de nosso ideal que é sempre cuidar das águas. ■

REFLEXÕES SOBRE O 6º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA PRIVILEGIANDO SOLUÇÕES E AÇÕES CONCRETAS PARA O SETOR DE ÁGUA

BENEDITO BRAGA

Presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água
Vice Presidente do Conselho Mundial da Água
benbraga@usp.br



Nesta próxima edição se buscará discutir propostas com ampla participação e intercâmbio entre os atores, a partir da implementação de metas específicas planejadas, mensuráveis, factíveis e realistas, que assegurem o bem estar de todos e contribuam para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental do planeta azul

Desde 1997, o Conselho Mundial da Água, em articulação com determinado país e cidade-anfitriã, organiza o Fórum Mundial da Água que visa fortalecer, neste setor, o diálogo entre os representantes dos governos nacionais, regionais e locais, as organizações intergovernamentais, os parlamentares, as autoridades locais, os usuários e gestores de água, o setor privado, os cientistas, especialistas, e membros da academia, os representantes da sociedade civil e a juventude. Realizado a cada três anos, o evento objetiva propor soluções e recomendações para uma boa gestão dos recursos hídricos e garantir sua inserção nas políticas públicas afetas ao setor na agenda política de todos os países.

As edições anteriores deste evento foram realizadas nas cidades de Marrakesh (1997), Haia (2000), Quioto (2003), Mexico (2006) e Istambul (2009), com crescente participação de governantes, técnicos, acadêmicos e representantes do setor privado, o que tem se traduzido em um oportuno fórum mundial de discussão sobre a água e com contribuição significativa na agenda política e técnica dos países envolvidos.

Em sua última edição, o 5º Fórum Mundial da Água, realizado em Istambul, contou com cerca de 16 mil participantes envolvidos e mais de 25 mil participantes no total representando 192 países, incluindo 9 Chefes de Estado, 85 ministros, 14 oficiais de alto nível de organizações intergovernamentais, cerca de 250 parlamentares e 200 autoridades locais, sendo cerca de 60 prefeitos que participaram de 106 sessões organizadas por cerca de 400 organizações, 5 painéis de alto nível e 7 processos regionais. Além disso, mais de 300 crianças e juvenis participaram do Fórum.

Este evento culminou com a divulgação da Declaração Ministerial, do Consenso das Águas de Istambul (IWC), e da Chamada para Ação sobre segurança hídrica e adaptação às mudanças climáticas, assim com a criação do balcão de informações sobre legislação em matéria de água (Help Desk), entre outros.

O 6º Fórum Mundial da Água será realizado em março de 2012 em Marselha, França, e terá como premissa discutir soluções para o setor de água privilegiando ações praticas em detrimento à abordagens teóricas, fortalecer a agenda política, propiciar uma maior mobilização participativa e, ainda, estimular a implementação de um mecanismo de acompanhamento em bases mais concretas.

Nesta próxima edição se buscará discutir propostas com ampla participação e intercâmbio entre os atores, a partir da implementação de metas específicas planejadas, mensuráveis, factíveis e realistas, que assegurem o bem estar de todos e contribuam para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental do planeta azul. Neste contexto, o processo preparatório contempla um conjunto de doze temas prioritários envolvendo o uso da água para o desenvolvimento econômico e social e as condições para as-



segurar a boa governança e o apoio financeiro necessários para o desenvolvimento do setor.

Este conjunto de temas tem um rebatimento evidente nas ações locais realizadas pelos Comitês de Bacias no país na medida em que abordam temas que são estratégicos nas ações de rotina desses Comitês, notadamente no que se refere à articulação das entidades intervenientes na bacia. A oportunidade de conhecimento, discussão e de intercâmbio de experiências de diferentes países certamente contribui, de forma mais célere, para que a atuação dos comitês de bacias do país se dê de forma mais ajustada às boas práticas já exploradas em outros países.

Em termos de estrutura operacional, o Comitê Internacional do 6º Fórum estabeleceu três comissões – temática, regional e política – encarregadas da elaboração da agenda estratégica do evento. As consultas regionais realizadas durante o processo preparatório contribuem para a construção do processo político e para a definição de propostas concretas a serem apresentadas pelos respectivos governos da região, calcadas em experiências exitosas de gestão de recursos hídricos.

Este modelo tem-se mostrado eficiente por congrega segmentos cujos papéis e responsabilidades são distintos, mas que de sua articulação depende parte do sucesso da medidas a serem tomadas em diferentes níveis e setores institucionais.

Como exemplo da integração desses processos pode-se citar o Con-

A oportunidade de conhecimento, discussão e de intercâmbio de experiências de diferentes países certamente contribui, de forma mais célere, para que a atuação dos comitês de bacias do país se dê de forma mais ajustada às boas práticas já exploradas em outros países

senso das Águas de Istambul (IWC), um conjunto de estratégias para gestão de água, assinado por governos locais e regionais comprometidos em enfrentar as mudanças globais e em busca de um desenvolvimento sustentável.

Transpondo a questão para o cenário brasileiro, constata-se que desde seu lançamento no 5º Fórum Mundial da Água, mais de 450 municípios paulistas já assinaram o Consenso, em ação coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Para implementar o Consenso, os referidos municípios aderiram ao Pacto das Águas de São Paulo que estabelece vinte e uma ações em três eixos voltados para água e saneamento, revitalização de bacias hidrográficas e projetos estratégicos locais relaciona-

dos com recursos hídricos.

A importância do Consenso de Istambul no âmbito de nossas bacias hidrográficas pode ser avaliada nas palavras do Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Lupercio Zirolto Antonio segundo as quais, “o Consenso é um excelente instrumento que permite difundir as ações locais de gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas e, portanto, deveria ser implementado por municípios em todo Brasil”. Por ocasião do 6º Fórum Mundial da Água, a realizar-se na França, no qual se espera uma maciça representação brasileira, as cidades-campeãs desta iniciativa poderão apresentar as soluções encontradas para implementar suas políticas de recursos hídricos nas suas respectivas bacias hidrográficas.

O processo preparatório está em curso desde junho de 2010 e terá continuação com a realização de uma reunião de consultas, nos dias 17 e 18 de janeiro de 2011, na França. Naquela ocasião, os stakeholders das diversas esferas deverão discutir os contornos de sua participação no processo, contribuindo na elaboração da agenda temática do evento, na expectativa de participação nas sessões e eventos paralelos, e na definição do papel das distintas regiões na construção desta agenda, conforme o cronograma delineado para o ano 2011. Esta reunião propiciará, ainda, a oportunidade para criar alianças estratégicas entre os atores dos processos temático, regional e político, de forma a garantir a apresentação de soluções integradas e concretas para o setor. ■

MAIS URGÊNCIA PARA A POLÍTICA DE ÁGUAS

JOSÉ MACHADO

Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente
jose.machado@mma.gov.br

O Brasil tem uma Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), introduzida pela Lei 9433, de 1997. Isso, por si só, já merece uma comemoração porque para aprová-la travou-se uma luta dura e prolongada, que envolveu inúmeras pessoas e instituições em todo o País.

Com efeito, a partir desse dispositivo legal, vem se disseminando em todo o País uma cultura de proteção de nossas águas doces, através da aplicação dos seus princípios, diretrizes e instrumentos. A construção de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela mesma lei, que se constitui dos conselhos de recursos hídricos (nacional e estaduais), dos comitês de bacia e dos órgãos gestores (nacional, estaduais e de bacias) vem avançando sistemática e gradativamente, oferecendo a base técnica política e institucional necessária para que a Política como um todo avance sempre.

Podemos contabilizar até agora o estabelecimento do marco legal de recursos hídricos em todos os estados da federação; o funcionamento regular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; a criação e funcionamento robusto da Agência Nacional de Águas; a estruturação dos órgãos gestores de recursos hídricos e dos conselhos estaduais na maioria dos estados; a criação e funcionamento de cerca de 150 comi-

tês de bacia; a criação e funcionamento das agências de águas em três bacias hidrográficas (Paraíba do Sul, Piracicaba Capivari e Jundiaí e São Francisco). Mais: regularização de usos nas bacias críticas; elaboração e implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (ora em fase de revisão), de planos estaduais em vários estados e de planos de bacia, sobretudo nas bacias críticas; desenvolvimento de um Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos em colaboração crescente com vários sistemas estaduais; capacitação técnica crescente e incorporação crescente de novos profissionais na área de recursos hídricos; implementação da Rede Hidrometeorológica Nacional; e assim por diante. O progresso é notável e o rumo está irremediavelmente dado.

Entretanto, não podemos comemorar ainda o alcance pleno da sustentabilidade na área de recursos hídricos. Em primeiro lugar porque partimos, desde a promulgação da lei 9433, de um patamar muito baixo de proteção das nossas águas. E depois porque o ritmo de degradação dos corpos d'água, mercê, sobretudo, do lançamento de esgotos sem tratamento, associada ao crescimento insustentável das cidades e das

atividades produtivas em geral, é muito maior do que a capacidade que pudemos construir até aqui em termos de política de recursos hídricos. Isso significa que temos que imprimir um ritmo mais rápido de implementação dessa política, a fim de não se abrir ainda mais a defasagem. Isso se torna extremamente crítico quando vislumbramos para os próximos anos um crescimento econômico persistente a taxas elevadas em nosso País.

Andar mais rápido na implementação da PNRH pressupõe colocar essa Política no topo das prioridades nacionais, aspiração complicada frente a tantas urgências colocadas em nossa agenda de desenvolvimento, tais como saúde, educação, segurança, moradia, etc.

Há uma crescente percepção, contudo, na sociedade e entre os tomadores de decisão, de que a proteção dos recursos hídricos se constitui numa ação estratégica para os interesses superiores do País. A diretriz associada ao uso múltiplo das águas, através da garantia do abastecimento humano e da promoção da navegação, da irrigação, da hidroeletricidade e de outros usos está na base dessa percepção.

Ou seja, o uso sustentável dos recursos hídricos é cada vez mais compreendido como sinônimo de desenvolvimento econômico-social e isso é muito alvissareiro. ■

Não podemos comemorar ainda o alcance pleno da sustentabilidade na área de recursos hídricos. Em primeiro lugar porque partimos, desde a promulgação da lei 9433, de um patamar muito baixo de proteção das nossas águas



COMITÊS DE BACIAS FORTES E ATUANTES SÃO CAMINHO PARA GESTÃO COMPARTILHADA

VICENTE ANDREU

Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA
claudia.dianni@ana.gov.br

O papel da Agência Nacional de Águas é coordenar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos em articulação com os órgãos e entidades públicas e privadas que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Além disso, a ANA tem sob sua responsabilidade a gestão das águas de domínio da União. Desde que foi criada, em dezembro de 2000, a ANA avançou em muitas frentes, mas acredito que nesses dez anos um dos maiores desafios da agência tem sido garantir à gestão compartilhada, cujo pressuposto é a atuação harmônica do tripé poder público, usuários e sociedade civil organizada. Para responder ao novo paradigma da gestão integrada, descentralizada e participativa preconizada pela Lei 9.433, é muito importante que haja uma forte parceria entre essas três esferas.

Talvez os Comitês de Bacia sejam o maior desafio na construção da nova institucionalidade proposta pela Lei das Águas, pois compete a eles, no âmbito de sua área de atuação, promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos e articular a atuação das entidades que atuam na bacia. Também cabe aos comitês arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados ao uso da água, aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso da água e sugerir os valores a serem cobrados.

A estratégia da ANA para o cumprimento de sua missão no campo institucional está na realização de Pactos de Gestão. Esses pactos acontecem por meio do Convênio de Integração firmado entre os gestores de recursos hídricos: ANA, Estados e Comitês de Bacia, para implementação da gestão integrada que consiste na harmonização de critérios e procedimentos para a adoção dos instrumentos técnicos e institucionais da Lei das Águas. Esse pacto é uma alternativa, talvez a única dentro do arcabouço jurídico-legal presente, para superar a questão da dominialidade dos corpos de água, questão muito desafiadora em uma federação de dimensão continental como é o Brasil.

O trabalho desenvolvido pelos Comitês de Bacias Hidrográficas tem evoluído

Foto: Raylton Alves - Banco de Imagens ANA



de forma significativa. As bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e do rio Paraíba do Sul estão em fase mais avançada em relação às demais bacias interestaduais, pois seus Comitês já aprovaram a cobrança pelo uso da água e estão aplicando os recursos em ações que promovem a recuperação das bacias. Os demais comitês estão com a agenda cheia de desafios importantes.

O que a ANA pretende é estimular que os nove comitês de bacia interestaduais que foram criados até agora sejam uma realidade, ou seja, não fiquem apenas no campo das intenções. Um exemplo recente de participação ativa vem do Comitê da Bacia do Rio Doce, que se envolveu diretamente na elaboração do plano e agora está buscando recursos para implementar as ações previstas. O recém criado Comitê do Paranaíba já iniciou, com o apoio da ANA, a contratação do Plano da Bacia e tem avançado nas discussões em torno da sua agência. Na Bacia do rio Piranhas Açu, os esforços são para a revisão do marco regulatório e elaboração do plano de bacia.

Temos na ANA a absoluta certeza de que a gestão dos recursos hídricos deve ser um trabalho integrado com os estados e com os Comitês de Bacia, independente da dominialidade. O esforço deve ser de todos. Quando trabalhamos um processo de criação de um comitê de integração, estamos colocando em prática essa certeza. A integração envolve o esforço conjunto da ANA e dos órgãos gestores estaduais para harmonizar os critérios de outorga, cobrança

e demais instrumentos de gestão. Estamos trabalhando juntos com São Paulo e Minas Gerais na criação do Comitê da Bacia do Rio Grande e com São Paulo e Paraná na criação do Comitê da Bacia do Paranapanema.

Os comitês de bacia atuam administrativamente na gestão das águas e são instâncias diferenciadas, pois incluem atores que não estão vinculados aos interesses dos governos. Eles são essenciais para a execução da Política Nacional de Recursos Hídricos e sua organização deve estar vinculada tanto à sua agenda objetiva, com relação à gestão de conflitos potenciais e futuros dos usos das águas, quanto à sua capacidade de gerar os recursos necessários para sua sustentação.

Nesse sentido, uma das grandes metas da ANA em sua articulação com os comitês de bacia é implementar a cobrança pelo uso da água dos rios, uma maneira eficiente de garantir o uso sustentável e equilibrado dos recursos hídricos e garantir a auto-suficiência financeira dos comitês de bacia, para que eles possam, por meio das agências de bacia, executar as ações dos Planos de Bacia com o dinheiro arrecadado.

A ANA vem desenvolvendo ações para implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos desde 2001, em conjunto com gestores estaduais e comitês de bacias. Até o momento, em rios de domínio da União, a cobrança foi iniciada na bacia do rio Paraíba do Sul, do PCJ e na bacia do rio São Francisco e no ano que vem o Comitê da Bacia do Rio Doce deve iniciar a cobrança.

Com relação aos rios de domínio estadual, no Rio de Janeiro a cobrança se iniciou em 2004, estando no momento implementada em todas as bacias do estado. Em São Paulo, a cobrança teve início em 2007 nas bacias dos rios Paraíba do Sul e PCJ, com base em mecanismos e valores de cobrança semelhantes àqueles praticados nos rios de domínio da União. Em Minas Gerais, a cobrança foi iniciada em 2010 nas bacias dos rios Velhas, Araguari e Piracicaba/Jaguari, também seguindo os mecanismos definidos para os rios de domínio da União nestas bacias. Na ANA, estamos seguros de que esse esforço conjunto é o único caminho para que os benefícios da cobrança e da gestão compartilhada cheguem a todas as bacias do País. ■

A REVISÃO DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

SILVANO SILVÉRIO DA COSTA

Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

silvano.costa@mma.gov.br

31 de Janeiro de 2006. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), composto por 57 representações do governo federal, governos estaduais, setor privado e da sociedade civil, se reunia em Brasília para deliberar sobre o primeiro Plano Brasileiro de Recursos Hídricos (PNRH 2020) em sua 17ª reunião extraordinária. Os movimentos para a elaboração desse instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 1997) ganharam impulso com a criação da Câmara Técnica do Plano Nacional no âmbito do Conselho (CT-PNRH/CNRH) em 1999 (Resolução CNRH no. 4/1999), mas apenas em 2004 a ambiência política, técnica e institucional permitira iniciar sua elaboração. O processo ficou sob a coordenação da então Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/MMA) e teria o apoio técnico da Agência Nacional de Águas (Decreto 4.755 de 20 de junho de 2004 e subseqüentes 5.776/2005 e 6.101/2007). Um grupo executivo do Plano (GTCE), composto pela SRH/MMA e ANA, foi criado no âmbito da Câmara Técnica, contribuindo institucionalmente para o seu desenvolvimento. Desde a sua criação a CT-PNRH, que conta com a participação de representantes do governo federal, dos estados, dos usuários e da sociedade civil, que a vem presidindo desde o início, vem sendo o lócus de acompanhamento do PNRH no âmbito do CNRH, e atuado com importantes contribuições ao processo.

Após a participação de aproximadamente 7 mil pessoas durante dois anos nas 36 Oficinas Regionais coordenadas pelas Comissões Executivas Regionais, nos 27 Encontros Públicos Estaduais e nas mais de dez Oficinas Nacionais que abordaram os mais diversos temas de interesse para a gestão de recursos hídricos no País, naquele dia o CNRH aprovava o primeiro Plano Nacional de Recursos Hídricos, com grande repercussão nacional e internacional, uma vez que o Brasil cumpria uma das metas definidas pela Cúpula de Johannesburgo para o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 10, de que todos os países deveriam desenvolver seus planos de recursos hídricos até o final de 2005 (PNRH, 2006). Em março de 2006, em cerimônia no Palácio do Planalto, o Presidente da República lançava o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

2006 a 2009 foram os anos de início da implementação do PNRH. A SRHU/MMA



Naquele dia o CNRH aprovava o primeiro Plano Nacional de Recursos Hídricos, com grande repercussão nacional e internacional, uma vez que o Brasil cumpria uma das metas definidas pela Cúpula de Johannesburgo para o Desenvolvimento Sustentável

contava com uma gerência dedicada à sua coordenação. Seis metas foram estabelecidas para esse período: o estabelecimento das estratégias para a implementação do Plano (resolução CNRH no. 67/2006), a concepção do seu sistema de gerenciamento, monitoramento e avaliação (resolução CNRH no. 69/2007), a implementação desse sistema de gerenciamento, o detalhamento dos programas I a VII (resolução CNRH no. 80/2007) e o detalhamento dos programas VIII, X, XI e XII (resolução CNRH no. 99/2009). Para o alcance integral de todas as metas faltava implementar o sistema de gerenciamento, monitoramento e avaliação do Plano (SIGEOR/

PNRH) e detalhar o programa IX, referente à gestão de recursos hídricos integrados ao gerenciamento costeiro. Três dos instrumentos previstos no SIGEOR foram implementados: os Informes anuais ao CNRH sobre a implementação do Plano (Informes SIGEOR 2008 e 2009), os relatórios anuais de Conjuntura dos Recursos Hídricos (Conjuntura 2008 e 2009) e o Sistema de Informações do Plano, que será disponibilizado ainda em 2010.

Nesse período também foram iniciados, ou finalizados, diversos planos estaduais de recursos hídricos (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Acre, Pará e mais uma revisão do Plano de São Paulo) e planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União (rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim, Tocantins-Araguaia, Doce, Afluentes da Margem Direita do Amazonas, Verde Grande, revisão do Plano das bacias PCJ). Outras ações previstas no PNRH foram iniciadas ou tiveram continuidade nesse período, como o planejamento estratégico do Singreh, a avaliação dos normativos legais relacionados à gestão dos recursos hídricos, a avaliação da sustentabilidade financeira do Singreh, a estruturação de uma matriz de coeficientes de uso da água na indústria e irrigação, os estudos sobre o grupo de prospectiva em recursos hídricos, os estudos de proposição das unidades territoriais para planejamento e gestão dos recursos hídricos no País, a continuidade da implementação dos instrumentos da Política de Recursos Hídricos, as ações de desenvolvimento de capacidades e de educação ambiental, as ações de comunicação social, enfim, um conjunto importante de iniciativas contribuíram para a implementação do PNRH nesses primeiros anos (Informe SIGEOR 2009).

Do ponto de vista institucional foi importante a edição da Portaria Conjunta 186 de 1º de setembro de 2009, instituindo o Grupo de Integração e Articulação (GIA) composto pela ANA e SRHU/MMA, tendo, entre outras atribuições, “definir mecanismos para a implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação e revisões do PNRH” (inciso II, Art. 3º.), ampliando e institucionalizando o antigo GTCE criado no âmbito da CT-PNRH/CNRH.

O primeiro horizonte de implementação o Plano teve muitos méritos, como o de projetar o Brasil na agenda internacional relacionada aos recursos hídricos, apresentar um conjunto amplo de ações para nortear a atuação do Singreh, inaugurar uma sistemática de planejamento nacional de recursos hídricos fomentando o desenvolvimento de planos de recursos hídricos no âmbito dos Estados e das bacias hidrográficas e também de explicitar a necessidade de articulação entre esses planos e de um planejamento amplo para o País, de maneira a servir de envoltório para o planejamento de recursos hídricos. Também esse período inicial foi importante para ressaltar algumas dificuldades que deveriam ser superadas e que balizariam a próxima etapa de revisão e implementação do Plano (2010-2014).

Alguns desafios deveriam ser considerados durante o processo de revisão do Plano em 2010: o PNRH 2025, como passou a ser chamado, deve ser um instrumento reconhecido e adotado como norteador para os entes do SINGREH, deve promover o planejamento de recursos hídricos em âmbito nacional, deve ter rebatimento nas doze Regiões Hidrográficas Brasileiras e nos Estados da federação e o seu processo de revisão deve constituir-se em uma oportunidade para o fortalecimento do SINGREH. Além disso, o Plano deveria ser mais objetivo e ter metas claras, orientar a implementação dos instrumentos de gestão, ser um instrumento de subsídio à articulação com os setores usuários de água, como ficara definido na 1ª. reunião do Grupo de Integração e Articulação (ANA e SRHU) em 12 de fevereiro de 2010. Ficava patente, assim, que sua revisão seria realizada em aproximação com os Estados e com os Comitês de Bacias.

Foi assim que se buscaram junto ao Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas (FNOGA) e ao Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) sugestões e a parceria para o PNRH 2025. A proposta discutida no GIA foi apresentada na 1ª reunião do Colegiado do Fórum Nacional de Comitês, em 9 e 10 de fevereiro de 2010, na cidade de Fortaleza/CE, ocasião na qual o Colegiado propôs que a Oficina Nacional de Consolidação do PNRH 2025 acontecesse por ocasião do XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XII ENCOB) a se realizar em Fortaleza em novembro de 2010. A proposta foi prontamente aceita. Também, a SRHU/MMA solicitou ao Fórum que indicasse dois Comitês para composição de cada uma das doze Comissões Organizadoras Regionais – CORs.

A proposta também foi apresentada na reunião do Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas, ocorrida no INEA no dia 11 de março de 2010 na cidade do Rio de Janeiro/

Alguns desafios deveriam ser considerados durante o processo de revisão do Plano em 2010: o PNRH 2025, como passou a ser chamado, deve ser um instrumento reconhecido e adotado como norteador para os entes do SINGREH

RJ. O resultado da reunião foi de suma importância para o PNRH 2025, tendo sido liberada a criação de um Grupo de Trabalho do FNOGA (GT-PNRH) que apresentaria proposta metodológica para que os Estados realizassem exercícios prévios às Oficinas Regionais. Os exercícios prévios permitiram aos Estados conhecer melhor o PNRH e definirem as suas propostas de ações prioritárias que seriam levadas para as Oficinas Regionais. O Fórum também solicitou que as Oficinas não ocorressem durante o primeiro semestre de 2010, conforme previsto anteriormente, e sim no segundo semestre, para que houvesse tempo para os exercícios estaduais. A solicitação foi prontamente aceita e, na reunião seguinte do Fórum em Belo Horizonte, o GT-PNRH apresentou o “Manual de Orientação para as Reuniões Estaduais visando a Priorização de subprogramas e definição de metas e ações para o PNRH”, permitindo o início do processo estadual do PNRH 2025.

Assim, em 23 de março de 2010 o processo de revisão do PNRH iniciava publicamente, com sua apresentação do CNRH, definindo um processo regional, cujo objetivo é a priorização de ações para o período 2011-2014, por meio da realização de Oficinas Regionais e um processo nacional, cujo objetivo é aprofundar temas de interesse para a gestão de recursos hídricos, por meio da realização de Oficinas Nacionais. Definiu-se, também, a realização da Oficina Nacional de Consolidação do PNRH 2025, em novembro de 2010, em parceria com o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XII ENCOB). O processo deliberativo do Plano, junto ao CNRH, ficará para o primeiro semestre de 2011.

Os Estados realizaram seus exercícios prévios aos debates regionais, envolvendo

diversos atores dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos e oferecendo às Oficinas Regionais um conjunto de ações que julgaram prioritárias para o PNRH 2025. Também, foram envolvidas até o momento mais de 800 representações do Singreh nos debates do PNRH na Pré Conferência Nacional das Águas - Pré-CONÁGUAS (março/2010), no Seminário de Planejamento Estratégico do Singreh (julho, 2010), no Seminário Água e Clima em parceria com o IPEA (julho, 2010) e no Seminário Água e Desenvolvimento Econômico em parceria com o IPEA (setembro, 2010). As Oficinas Regionais que ocorreram nas das doze Regiões Hidrográficas do país (Resolução CNRH no. 32/2003) nos meses de agosto e setembro de 2010, envolveram mais de 500 representantes de Comitês Estaduais e Federais de bacias hidrográficas, órgãos gestores de recursos hídricos, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da CT do PNRH, resultando em proposições de ações prioritárias e estruturantes para a gestão de recursos hídricos no País.

Alguns resultados preliminares podem ser percebidos. O processo de revisão do PNRH dinamizou os Estados, os Conselhos Estaduais, os Comitês de Bacias Hidrográficas em torno do debate estratégico para a gestão das águas no País, oportunizando a troca de experiências e a construção social de propostas para o Plano. Foram também identificadas, nessa dinâmica de envolvimento social, algumas questões que aparecem com mais constância nos debates como, por exemplo, a questão do enfrentamento dos eventos climáticos extremos - secas e enchentes, da falta de infra-estrutura hídrica para convivência com a seca (barragens, adutoras, etc..), da poluição da água em razão da insuficiência do saneamento. O processo também oportunizou a criação de um Grupo de Trabalho da Região Hidrográfica Amazônica, no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos do CNRH (CT-PNRH), com a participação de representantes dos Estados da região para o debate do Programa do Plano Nacional para a Região Amazônica. Todas as proposições advindas do processo serão tratadas e serão objeto de análise por parte da coordenação do PNRH, visando o detalhamento das ações, com a definição de metas, indicadores de monitoramento e atores responsáveis pela sua implementação.

Encontraremos-nos na Oficina Nacional de Consolidação do PNRH 2025, durante a realização do XII ENCOB, para mais uma oportunidade de debatermos, de maneira democrática e durante um importante Encontro dos Comitês de Bacias Hidrográficas, ações estruturantes e prioritárias para a gestão de recursos hídricos no Brasil. Até lá! ■

COMITES DE BACIA

PAPEL PRINCIPAL NO CENÁRIO DAS ÁGUAS

LUPERCIO ZIROLDO ANTONIO

Coordenador Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
comitesdobrasil@ig.com.br



Imagine você se fossemos criar um enredo para contar a história das águas. Não no tempo que nos levaria a divagar sobre a criação do mundo e seus desdobramentos. Estou pedindo que nosso pensamento divague na formatação de uma história onde pudéssemos destacar em linha nítida todos os atores que constituem o mundo das águas. Voe-mos com nossa mente então.

Como pano de fundo, claro, teríamos o meio ambiente. O local onde a água vive. Onde nasce feito gota que mereja, vai se encorpando, cria seus trajetos em descida e sinuosamente rabisca neste espaço o arrebatamento e a vida.

Como é nossa imaginação que ordena, nesta tela no fundo do palco, o meio ambiente que nossa mente idealista criaria seria o habitat perfeito. Algo que simbolicamente poderíamos imaginar como um paraíso. No ambiente de nossa história, o convívio e a preservação dos

espaços seriam o motivo maior para que todos se interagissem de forma a estabelecer a sustentabilidade espontânea de toda uma coletividade.

Colocaríamos ali florestas, trilhas, estradas, cidades até. Mas na forma de um retrato compartilhado, colorido e isento de degradação. Um cenário onde o dia com o sol e sua luz e a noite com a lua e seu brilho se alternariam como se fossem vibração latente de um único coração.

A seguir, neste ambiente rico em energia, colocaríamos a água. Nascentes, rios, córregos, ribeirões e grandes oceanos. O azul adentrando o verde das matas por entre o marrom do solo. Criando no cenário já apostado no palco a oportunidade para o desenvolvimento das espécies. Cravando no ambiente a seiva da vida. Feito elixir da vida eterna.

Meio poético, mas observe pelo alto um rio desde sua nascente até sua chegada ao mar. O seu caminho no ambiente é algo simplesmente divino, como se Deus brincasse com seus dedos nesta terra criando vales e curvas num desenho mágico. Retrato em metamorfose contínua que alinha e cria a vida por onde passa, com certeza provocando um lindo sorriso no Criador.

A seguir, os atores. Inicialmente, estaticamente colocadas, mas harmonicamente estabelecidas, plantas e árvores. Verde sobre verde nas margens dos rios, nos campos e nas florestas. Nas ruas das cidades e nos jardins das casas. Nos vales e nos cumes das montanhas. Verde que brilha, que é engolido pelo ambiente em sorriso surdo pela vida. Verde que dá sombra e acaricia a fome da terra. Verde que abraça nossa querida

água, literalmente criando um arco Iris de cores no palco da existência.

A seguir, os bichos. Animais em seus diversos tamanhos estabelecendo o movimento contínuo e desordenado dentro do cenário. Galopes, trotes, pulos e rastejamentos. Toda a fauna criada pela nossa mente participando da história das águas. Entre mergulhos e sombras, animais de todas as espécies circulando por entre o ambiente rico em vida e deslumbramento.

Falta alguém? Sim. No cenário, com todo o cuidado possível, nossa mente vagarosamente vai achando o lugar do homem. E da mulher, é claro. Seres inteligentes e providos do discernimento sendo espalhados pelos campos e cidades e já ganhando o status de dono da terra. Muito mais que movimento, pessoas que a partir da relação intrínseca com o ambiente, estabelecem uma troca com ele, já que dali sairá seu alimento.

Assim, com estes atores e o cenário perfeito montado, nossa mente pode começar a criar o enredo para contar a história das águas. Forcemos a mente então.

Bem, todos devem neste momento ter percebido uma coisa. Podemos criar o cenário perfeito, mas por mais que esforcemos nossa mente, é impossível descrever uma história das águas neste cenário. Apesar de sabermos que tudo que o compõe é real e deve ser preservado, nossa história das águas adentra por um verdadeiro rio de realidade.

A história das águas neste cenário que nossa mente desenhará é a que conhecemos, não a que idealizamos.

Nela, o homem, tomado pelo

surto desenvolvimentista, agride o cenário do meio ambiente, espan- ta animais, destrói matas e causa grande prejuízo ao local onde vive. A água, colocada no palco como um azul de vida e concórdia, vislumbra um futuro de guerra e luta pelos seus direitos. Desenha-se no enredo que deveria ser de vida, a percepção de um drama sem precedentes.

Responsável pela essência da sua vida, a água enxerga no homem que a destrói agora o homem que terá que tentar mudar o script das linhas que ele mesmo escreve.

Podemos ajudar. Não se esque- çam: somos nós que estamos escre- vendo o enredo desta história. Não podemos assistir a tudo isto de for- ma quieta e passiva.

Pensem. E se nós puséssemos juntos alguns homens que destoam deste script destrutivo. Eles existem. É só imaginar forte. Poderíamos jun- tar alguns do setor industrial. Aque- les que estão no meio do desenvolvi- mento industrial, geram empregos, mas sabem do valor da água. Cuidam dela. Reusam-na. Devolvem-na sus- tentavelmente ao ambiente. A eles, juntaríamos alguns do setor da agri- cultura. Alguns que fazem agro-ne- gócio, plantam e colhem, distribuem renda, mas estão sempre controlan- do desperdício e evitando a contami- nação do solo com tecnologias lim- pas e sustentáveis. Quem mais? Pre- feitos Municipais diferentes. Aqueles que pensam a urbanidade através da sustentabilidade das políticas públi- cas. São poucos, muito poucos, mas existem e estão por aí levando quali- dade de vida às suas populações dan- do exemplo de verdadeiros homens públicos. Os governos ainda. Repre- sentantes do poder público estadual e federal. Que dirigem organismos que tem a atribuição direta e indire- ta de cuidar das águas. Aqueles que estão sempre implementando pro- gramas e provocando obras e servi- ços neste sentido. Eles são extrema- mente importantes pois nestas es- feras se normatiza e institucionaliza o tratamento adequado aos nossos recursos hídricos. Ah, não nos esque- çamos dos principais. Os que repre-



Cachoeira casca d'Anta, rio São Francisco, Parque Nacional da Serra da Canastra (PETS Biologia da UFU e UFV)

A vida imaginada pelo Criador. Onde a água brota nas nascentes. Nascendo feito vida. Deixando ao homem o legado dela cuidar abrindo a trilha que vira oceano que vira novamente água feito chuva e faz sorrir a natureza

sentam a sociedade civil organizada. Homens de sindicatos, associações, ONGs ambientalistas, clubes de ser- viço, de universidades. Pessoas que alçadas ao poder da direção nestes organismos, sabem da importância da água no meio ambiente. Sabem do significado de sua preservação para as futuras gerações.

Nossa mente, neste momento, parece que sorri. Achamos o time cer- to. É ele que vai induzir e fomentar as ações necessárias para redirecionar nosso enredo da história das águas.

Precisamos juntar este time. Não precisa de técnico, nem de auxiliares técnicos. Apenas a vontade que per- meia suas intenções e transversaliza suas atitudes com certeza trará ao ce- nário criado pela nossa mente a vida desejada e desenhada. A vida imagi- nada pelo Criador. Onde a água brota nas nascentes. Nascendo feito vida. Deixando ao homem o legado dela cuidar abrindo a trilha que vira oce-

ano que vira novamente água feito chuva e faz sorrir toda a natureza.

Sonho perfeito. Tangível se na vida nos esforçarmos como foi na ima- ginação. Sonho que se realiza a cada dia em nosso território. Com eles, os que tem sem qualquer dúvida o papel principal no cenário das águas: Os Co- mitês de Bacias Hidrográficas. ■

Nota do autor:

Parabéns aos Comitês de Bacias Hidrográficas e a todos seus ativos membros.

Aos cento e oitenta hoje já insta- lados em nosso país.

Aproximadamente 40 mil pesso- as que estão no centro do palco como atores principais neste cenário das águas.

Derrubando paradigmas. Criando alternativas. Estabelecendo priorida- des e trazendo sustentabilidade.

Para nosso ambiente e para nos- sa vida.

A IMPORTANTE PARTICIPAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE

Conselheiro do CNRH representando os Comitês de Bacia
comitepardo@ambiente.sp.gov.br

O Brasil avançou e muito na proteção e conservação dos nossos recursos naturais a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. No que se refere aos Recursos Hídricos houve uma grande evolução na aprovação da lei 9433/97 que possibilitou a implementação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, ainda em fase de construção.

Um dos pilares desse sistema é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, instituído em 1998 e que vem exercendo um importante papel na orientação e normatização da Política Nacional de Recursos Hídricos. O CNRH é formado por 57 membros que representam todos os segmentos que

de alguma forma tem ligação com a Água: Ministérios do Governo Federal, Conselhos Estaduais, Indústria, Agricultura, Turismo, Navegação Fluvial, ONGs Ambientistas, Associação Técnicas, Consórcios Municipais e Comitês de Bacias Hidrográficas.

Desde o início de suas atividades o CNRH já aprovou mais de 100 Resoluções. Os Comitês de Bacias Hidrográficas-CBHs vem ajudando nas atividades do CNRH contribuindo em todas as 10 Câmaras Técnicas do Conselho, inclusive exercendo a presidência de 2 CTs (CTEM-Educação, Mobilização Social e Educação em Recursos Hídricos e CTGRHT-Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços).

Durante o IV ENCOB realizado em 2002 na cidade de Camboriu-SC, houve manifestação que demandava a necessidade da criação de uma Câmara Técnica que discutisse e encaminhasse questões da política de Gestão Costeira, pela imensa Costa Atlântica (8,5 mil quilômetros) e toda complexa solução para os problemas que nessa

área se apresentam.

Já à época existiam cerca de 16 Comitês que se localizavam nessa região e careciam de orientação para suas atividades. O assunto prosperou em outros encontros de CBHs e através da representação dos Comitês no CNRH foi proposta a criação da CTCOST -Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira. Após mais de 1 ano de discussões foi aprovado pela plenária e a CTCOST que desde a sua criação vem colaborando com a Política Nacional de Recursos Hídricos com propostas que visem à integração dessa Política com o Sistemas Estuarinos e zona Costeira.

Essa entre outras ações emanadas dos CBHs dão a importância que hoje os Comitês exercem em todo país, como a base do sistema e que possibilita seu funcionamento, tendo o CNRH como o fórum máximo na condução da política nacional sobre os Recursos Hídricos. ■



Desde o início de suas atividades o CNRH já aprovou mais de 100 Resoluções. Os Comitês de Bacias Hidrográficas-CBHs vem ajudando nas atividades do CNRH contribuindo em todas as 10 Câmaras Técnicas do Conselho

OS FÓRUNS ESTADUAIS DE COMITÊS DE BACIA E O FORTALECIMENTO DO SINGREH

MARIO DANTAS

Coordenador Adjunto do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
dantas25@uol.com.br

Na linha de frente de operacionalização do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos estão os Comitês de Bacias Hidrográficas e suas respectivas Agências de Bacias ou entidades delegatárias.

Os órgãos gestores e os Conselhos Estaduais desempenham os seus papéis, mas os Comitês ficam como que isolados, cada um trabalhando ao seu modo, conforme as experiências de seus conselheiros, embora possa contar com alguma orientação técnica do órgão gestor.

Esta situação gera dificuldades para implantação, consolidação e operacionalização do sistema, em que há Comitês muito bem, outros engatinhando e outros mal sobrevivendo.

Numa tentativa de mitigar este problema pensou-se na criação de um Fórum, formado por todos os Comitês de um determinado Estado, que tivesse o papel de articular os Comitês entre si e com o órgão gestor e de fortalecer esses comitês.

O Fórum se constituiria então num canal de comunicação e de diálogo constante entre os entes do sistema, caracterizando-se por ser um local de troca de experiências. Teria caráter eminentemente político. Não teria personalidade jurídica, guiando-se por um documento simples, como uma carta de princípios. As questões encaminhadas e debatidas seriam resolvidas por consenso, em princípio. Quando fosse necessário, cada comitê teria um voto, para manifestar sua decisão.

Assim foram desenhados e em vários estados foram criados e estão em funcionamento. Os órgãos gestores, em geral, vêm com bons olhos os Fóruns de Comitês, porque lhes facilita o trabalho, em vez de falar

Um aspecto muito importante é que o Fórum é independente, do ponto de vista hierárquico, pois sua natureza é política, e isto lhe permite dialogar com qualquer ente do sistema ou fora dele, diretamente, quando for necessário

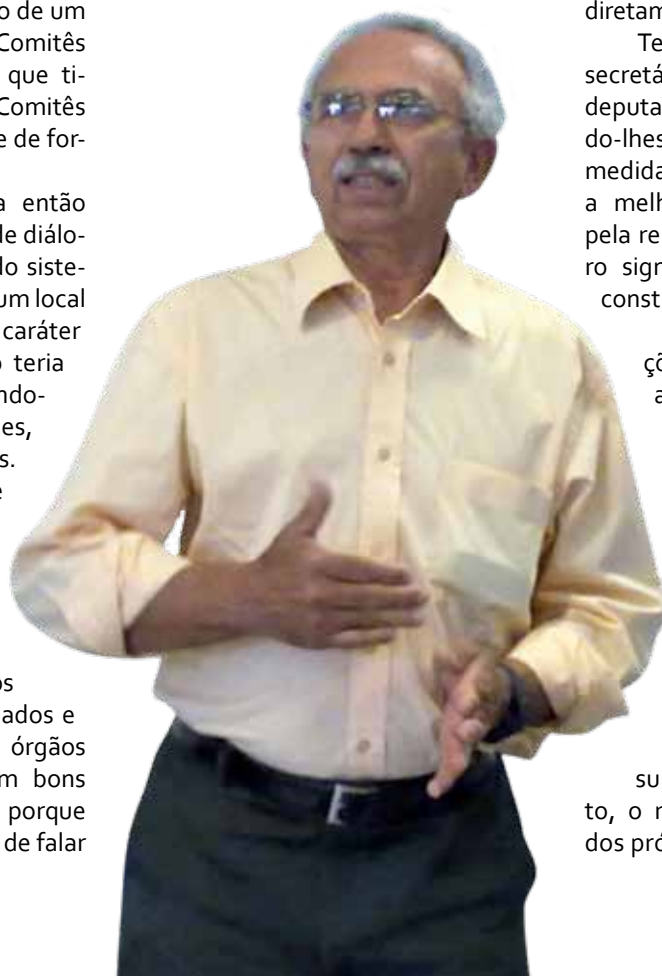
com vinte ou trinta Comitês, fala apenas com o representante de todos os Comitês, o Fórum.

A dificuldade existe quando o órgão gestor não entende o papel do Fórum ou não tem interesse, o que é lamentável. Mas este problema precisa ser resolvido e tem sido equacionado a contento, mesmo porque o Fórum depende do suporte financeiro do órgão gestor para suas atividades. Logicamente, quando os comitês estiverem com recursos assegurados, oriundos da cobrança ou de outras fontes, esta dependência cessa.

Um aspecto muito importante é que o Fórum é independente, do ponto de vista hierárquico, pois sua natureza é política, e isto lhe permite dialogar com qualquer ente do sistema ou fora dele, diretamente, quando for necessário.

Tem condições de se dirigir aos secretários de estado, governadores, deputados e senadores, apresentando-lhes pleitos e reivindicando-lhes medidas ou legislações que propiciem a melhoria do sistema, respaldado pela representatividade de um número significativo de conselheiros que constituem os Comitês.

Diante destas considerações, reputa-se como da mais alta importância a criação de Fóruns de Comitês de Bacias nos Estados onde esses ainda não foram criados. Sugere-se começar com um bom diálogo com o órgão gestor, pois, como foi demonstrado, enquanto os comitês não têm independência financeira, os órgãos gestores são fundamentais. Não há mistério na receita de criação, superado este primeiro momento, o restante depende da vontade dos próprios Comitês. ■



A PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NO SINGREH

PERCY SOARES NETO

Consultor da Rede de Recursos Hídricos da Confederação Nacional da Indústria
psoares@cni.org.br

Desde a promulgação da Lei n.º 9.433, de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, que as principais lideranças da Indústria Nacional, ao internalizarem uma discussão sobre o tema, vêm se colocando como parceiras pró-ativas para o fortalecimento desse Sistema.

De fato, já entre 1999 e 2001, várias federações de indústrias e institutos industriais do Brasil já apresentavam position papers que indicavam uma visão absolutamente favorável ao SINGREH, por coadunar com os princípios de gestão defendidos por essas lideranças, especialmente no que se refere à descentralização e a uma maior participação da sociedade.

Mais que as manifestações de suas posições, nessas mesmas federações e institutos, foram criados fóruns empresariais e programas especiais, com o objetivo de estabelecer estratégias para a participação do empresariado nacional nos colegiados que o compõem.

Hoje, 2010, tais posições estão, cada vez mais, fortalecidas no âmbito do segmento industrial, e o SINGREH é colocado como estratégico para a construção de um novo modelo de gestão pública. Acredita-se que o SINGREH aponta um caminho que imprime ações justas, adequadas às diversidades do País e que possam garantir, sem perder a perspectiva econômica, o valor social e ambiental das águas.

Dessa forma, foi criada no âmbito da Confederação Nacional da Indústria - CNI no ano de 2009, a Rede de Recursos Hídricos com o objetivo de articular e integrar as atuações dos representantes da indústria nos diversos Conselhos de Recursos Hídricos e



Acredita-se que o SINGREH aponta um caminho que imprime ações justas, adequadas às diversidades do País e que possam garantir, sem perder a perspectiva econômica, o valor social e ambiental das águas

Comitês de Bacia no território nacional. O trabalho em rede é uma forma de discutir, estabelecer e fortalecer princípios básicos de representação do segmento industrial para a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Assim sendo, ao se qualificar para ocupar os espaços de representação da Política o setor industrial contribui, também, para o fortalecimento e amadurecimento da gestão

das águas brasileiras.

A Rede de Recursos Hídricos tem como foco de atuação:

- (i) a capacitação dos seus membros para o cumprimento da função política e legal como representante do segmento, por meio de um nivelamento básico sobre diferentes aspectos que pautam a atuação nos colegiados do SINGREH;
- (ii) a troca de experiências exitosas;
- (iii) a busca por um posicionamento consensual entre os representantes do setor industrial sobre os temas em pauta no SINGREH;
- (iv) e, contribuir com o fortalecimento do Sistema.

Nesse contexto, a Indústria brasileira, em quase todo território nacional, vem participando de forma ativa e por meio de suas representações, nos Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, além dos principais Comitês de Bacia Hidrográfica, para uma construção fortalecida do SINGREH. ■

OS NOVOS RUMOS DA GESTÃO COSTEIRA NO BRASIL E O PAPEL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

JOÃO LUIZ NICOLODI

Professor do Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
jl.nicolodi@bol.com.br

As zonas costeiras representam um dos maiores desafios para a gestão ambiental do país, especialmente quando abordadas em conjunto e na perspectiva da escala da União. Além da grande extensão do litoral e das formações físico – bióticas extremamente diversificadas, convergem também para este espaço os principais vetores de pressão e fluxos de toda ordem, compondo um amplo e complexo mosaico de tipologias e padrões de ocupação humana, de uso do solo e dos recursos naturais e de exploração econômica.

Não obstante tal configuração espacial agrega-se a este contexto o cenário de desenvolvimento acelerado de infra-estruturas, cadeias produtivas e dinâmicas geográficas decorrentes dos rumos da economia do País. A implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), associada aos efeitos multiplicadores das novas descobertas petrolíferas do pré-sal da costa marítima, tenderá a acentuar esses vetores.

O espaço geográfico que compõe a zona costeira do Brasil encontra-se sob a orientação de diversas políticas, com destaque para a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro, de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos, do Patrimônio da União, da Política Urbana, além das ações relacionados à defesa nacional, à pesca, à navegação, ao turismo, entre outras.

Diferente do modelo convencional de gestão, que se ocupa de atividades ou temas específicos, a gestão costeira integrada busca superar a fragmentação inerente ao processo tradicional de gerenciamento setorial, bem como preencher as lacunas de jurisdição e competência entre as diferentes esferas de governo, e promover a integração com



É nesse contexto integrador que se denota a evolução do conceito de Gerenciamento Costeiro em várias partes do planeta, onde não mais apenas é buscado o planejamento territorial estratégico

os atores sociais que atuam numa determinada região.¹

É nesse contexto integrador que se denota a evolução do conceito de Gerenciamento Costeiro em várias partes do planeta, onde não mais apenas é buscado o planejamento territorial estratégico, a mediação e a resolução de conflitos em uma determinada área (zona

1 - A Legislação brasileira sobre o Gerenciamento Costeiro tem como principais expoentes a Lei 7661/88 e o Decreto 5300/04, que estabelecem o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), sob supervisão da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

costeira), mas sim, objetiva-se alcançar níveis de integração em diferentes esferas de atuação, com atores distintos mas que são intimamente interligados por uma base territorial conjunta.

Esse é o arcabouço da gestão integrada de zonas costeiras e bacias hidrográficas: Deve-se partir do reconhecimento incondicional de que a zona costeira e suas bacias hidrográficas interagem funcionalmente por meio de fluxos hidrológicos de água doce, sedimentos e substâncias dissolvidas, formando um único contínuo fluvial-marinho costeiro. Não há mais como dissociar a gestão costeira da gestão de bacias hidrográficas.

Os métodos, os cenários políticos e institucionais desta gestão integrada ainda não estão bem definidos no Brasil e, na verdade, em nenhum outro país. Mas uma coisa é indiscutível: além dos atores específicos do gerenciamento costeiro, os Comitês de Bacias Hidrográficas tem um papel primordial na construção desse novo conceito. Não é por acaso que esta discussão tem como fórum, no Brasil, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, por meio de sua Câmara Técnica denominada CTCOST².

Definir os rumos da gestão integrada de zonas costeiras e bacias hidrográficas no país é um desafio de grandes proporções, mas que pode colocar o Brasil em uma posição de vanguarda no que diz respeito a gestão ambiental e territorial, contribuindo, antes de mais nada, para uma melhor utilização de nossos recursos naturais, aliando desenvolvimento com sustentabilidade. ■

2 - Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira

A COBRANÇA É INSTRUMENTO DE GESTÃO?

LUIZ ROBERTO MORETTI

Secretário-executivo dos Comitês PCJ
comitepcj@ambiente.sp.gov.br

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é uma realidade no sistema de gerenciamento de recursos hídricos implantado no Brasil, tanto no âmbito da atuação da União quanto no dos estados.

Lenta, mas, gradativamente, esse instrumento de gestão, segundo a legislação, está se implantando nas bacias hidrográficas brasileiras. Contudo, há uma dúvida: a cobrança está funcionando como instrumento de gestão?

Por meio da Lei federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em seu art. 19, estabeleceu-se que os objetivos

da cobrança são:

Art. 19.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

A avaliação da efetividade da cobrança enquanto instrumento de gestão, de implantação da Política de Recursos Hídricos no Brasil, passa, evidentemente, pela análise do cumprimento de seus objetivos. Infelizmente, não temos trabalhos desenvolvidos, ainda, que possam nos dar a resposta desejada.

Contudo, há condição para afirmarmos que, parcialmente, os objetivos da cobrança foram atingidos. O problema, então, se altera para a quantificação da parcela que foi cumprida.

Alguém, mais otimista, poderia arriscar afirmar que os objetivos fo-

ram plenamente atingidos nas bacias hidrográficas onde foi implantada a cobrança, pois:

a) com a implantação da cobrança os usuários pagantes passam, imediatamente, a reconhecer que a água tem um valor econômico, passando a tratá-la como um bem;

b) usuários pagantes passam a controlar ou, pelo menos a observar, com mais cuidado, os usos da água que praticam, tornando-os mais racionais;

c) passou-se a ter recursos financeiros para a aplicação em ações de recuperação das bacias hidrográficas na qual a cobrança se implantou.

É evidente que a discussão sobre a efetividade da cobrança enquanto instrumento de gestão de recursos hídricos não pode se limitar à avaliação do cumprimento total ou parcial de seus objetivos, propostos pela Lei 9.433/97 ou pelas leis estaduais. Há muito mais a considerar. Devem ser avaliados, também, aspectos relacionados com os objetivos das políticas Nacional e estaduais de gerenciamento de recursos hídricos; o grau



A avaliação da efetividade da cobrança enquanto instrumento de gestão, de implantação da Política de Recursos Hídricos no Brasil, passa, evidentemente, pela análise do cumprimento de seus objetivos. Infelizmente, não temos trabalhos desenvolvidos, ainda, que possam nos dar a resposta desejada

Definitivamente, a consolidação da cobrança enquanto instrumento de gestão passa, obrigatoriamente, pelas decisões de onde e como aplicar os recursos arrecadados. Esse processo refletirá, significativamente, na credibilidade da cobrança e na sua aceitação pela sociedade e, principalmente, pelos usuários pagadores

de organização e mobilização dos respectivos comitês de bacias e dos conselhos de recursos hídricos; o nível de implantação de outros instrumentos de gestão como o plano de recursos hídricos da bacia e a outorga de recursos hídricos; bem como, o nível de entendimento e aceitação dos governos sobre os termos “descentralização” e “participação” que devem fundamentar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos brasileiro, por força da Lei 9.433/97 e das leis estaduais.

Hoje, já temos no Brasil vários exemplos de implantação de cobrança: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; São Francisco etc. Cada qual com sua história, com seus erros e acertos. Alguns mais avançados outros ainda incipientes. Contudo, sujeitos à avaliação da sociedade brasileira para ratificação ou correção de rumos: conceitos, procedimentos operacionais, processos de implantação, prazos para implementação dentre outros. É preciso criar uma forma de se avaliar. Fica, assim, a sugestão para a Agência Nacional de Águas - ANA e para os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais, para, junto aos comitês que implantaram a cobrança, estabelecerem procedimentos para tal avaliação.

Os aspectos acima abordados tratam de dois momentos da cobrança: a preparação da implantação (o antes) e a efetiva implantação (o durante). Contudo, surge

como elemento fundamental para a consolidação da cobrança como instrumento de gestão, aquela na qual se decide o que fazer com os recursos arrecadados (o depois).

Definitivamente, a consolidação da cobrança enquanto instrumento de gestão passa, obrigatoriamente, pelas decisões de onde e como aplicar os recursos arrecadados. Esse processo refletirá, significativamente, na credibilidade da cobrança e na sua aceitação pela sociedade e, principalmente, pelos usuários pagadores.

A utilização de critérios racionais, envolvendo princípios, diretrizes e ações explicitadas no plano de bacias (que deve estar compatibilizado com os planos estaduais e nacional de recursos hídricos), deve prevalecer sobre qualquer outro, principalmente sobre aqueles que possam refletir conceitos como o “devo receber de volta tudo o que paguei”. O plano de bacias, com suas prioridades na aplicação de recursos, associado ao conceito de “solidariedade na bacia” devem ser os norteadores das decisões na hora de se distribuírem os recursos arrecadados.

Ressalta-se que deve ser combatido, a todo o momento, e com grande ênfase, o surgimento dos “tomadores de decisão de plantão”.



Com efeito, constantemente aparecem projetos de lei (no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas) e até mesmo propostas nascidas no seio dos Conselhos de Recursos Hídricos e de órgãos gestores de recursos hídricos apontando onde, como e em que percentuais por área de ação devem ser utilizados os recursos arrecadados com a cobrança.

É fundamental, para se alcançar a credibilidade que a cobrança requer, que tais decisões sejam tomadas, ÚNICA e EXCLUSIVAMENTE, pelos Comitês de Bacias que decidiram pela implantação desse instrumento de gestão.

Enfim, a correta avaliação se a cobrança está cumprindo seu papel de instrumento de gestão de recursos hídricos deve levar em consideração todos os fatores aqui mencionados, e outros porventura esquecidos. Efetivamente, deve-se considerar o aspecto mais geral a ser cumprido pela cobrança: ser promotora da mudança de comportamento no uso dos recursos hídricos visando a um desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica. ■

BREVE HISTÓRIA DO PROJETO MANUELZÃO

APOLO HERINGER LISBOA

Médico e Ex-Presidente do CBH-Velhas/MG
apololisboa@gmail.com



O Projeto Manuelzão (PMz) surgiu quando professores de medicina da UFMG decidiram agir ao certificarem que “saúde não é uma questão basicamente médica e sim de qualidade ecossistêmica de vida”! A proposta foi pensada e publicada em 1990 mas veio a nascer dia 7 de Janeiro de 1997, às margens do Rio das Velhas. Surgiu da experiência no atendimento médico durante décadas a populações carentes cujas condições de vida e de saúde eram de miséria. O insight se deu após a junção de três variáveis: uma pescaria esportiva casual; depoimentos de biólogos; e a experiência em medicina humana. A pesca esportiva no rio Cipó, afluente preservado do rio das Velhas/bacia do São Francisco, mostrou uma variedade enorme e saudável de peixes quando à noite o farol iluminava o leito do rio para a pesca de arpão. Era uma maravilha o que viram nossos olhos. Conversando mais tarde com biólogos que viriam a integrar o PMz sobre o que a elevada poluição causava aos peixes em rios altamente piscosos, eles disseram que ela levava à mortandade periódica de peixes, a malformações em seus corpos, diversos tipos de câncer e outras doenças que acabavam eliminando um grande número de indivíduos de forma continuada e levando à extinção de espécies. Pesquisas no Rio das Velhas mostraram a presença de metais pesados nos peixes e modificação do gosto dos mesmos prejudicando sua comercialização, além das periódicas mortandades, que segundo os pescadores aconteciam por falta de oxigênio em águas que recebiam excessiva quantidade de matéria orgânica e produtos químicos, como dos esgotos domésticos e industriais. Os médicos associaram estes depoimentos com a lógica do SUS. Assim como não teria lógica tratar as doenças do rio clínica e cirurgicamente, peixe por peixe, sem uma intervenção ambiental, pois o problema da causalidade estava na poluição do rio, que deveria ter prioridade na intervenção, assim também não teria sentido a medicina do SUS tratar pessoa a pessoa se ao mesmo tempo não houvesse uma intervenção ambiental que

Assim como não teria lógica tratar as doenças do rio clínica e cirurgicamente, peixe por peixe, sem uma intervenção ambiental, pois o problema da causalidade estava na poluição do rio, que deveria ter prioridade na intervenção

tornasse saudável o ecossistema humano das cidades e povoados, envolvendo toda as variáveis sociais, econômicas, culturais da causalidade das doenças humanas.

Foi com este raciocínio que professores de medicina, realmente preocupados com a saúde, criaram o Projeto Manuelzão, dedicando-se à fundamentação científica da Concepção Ecossistêmica de Saúde Coletiva, sem confundir saúde com assistência médica, numa visão completamente diferente da Saúde Pública praticada pelo SUS. As constatações tão óbvias das linhas anteriores não são enxergadas nem processadas intelectualmente pela maioria dos profissionais e população porque a mentalidade civilizatória e visão-de-mundo inerente à lógica do sistema não permitem ver. Houve a apropriação da representação da realidade de nossa vida, sofrimentos e da inseguranças quanto à morte por diversos

operadores: a indústria da doença prometendo a saúde com planos médicos!; uma vida no Além melhor que a terrena, pois nesta o sofrimento e doenças fariam parte do plano divino!; favores devidos aos políticos pela ambulância, medicamentos e medicina de baixa qualidade concedidos para o povo fazer face às fatalidades acima referidas! etc. Mas onde aprendemos que não seria assim?

Foi numa aula despretensiosa de um mestrado em epidemiologia, na Escola de Veterinária da UFMG. Sem ter consciência da profundidade de um comentário complementar em sua aula um professor explicou que a medicina veterinária atual tinha por objetivo aumentar a produção de alimentos através da produção animal: carne, ovos, leite e derivados como laticínios, reprodução qualificada, couros, etc. Ou seja, o grande desenvolvimento da epidemiologia e da estatística aplicadas à produção animal, que transformou o Brasil num dos maiores exportadores de produtos animais, de boa qualidade sanitária, se deveu a investimentos em saúde coletiva. Imaginem se os fazendeiros iriam suportar as despesas se tivessem que dispensar tratamento médico animal por animal afetados por inúmeras doenças, caso fossem tratados com o mesmo descaso dispensado às populações humanas? Para garantir os lucros e a boa qualidade sanitária dos produtos a indústria da produção animal se preocupou primeiramente com a saúde animal, através da promoção da saúde animal e não através da medicina veterinária, seja curativa ou de prevenção secundária. Mas na sociedade humana o sistema de produção e consumo de mercadorias visando o lucro reduz a possibilidade dos trabalhadores terem acesso a um ecossistema humano de vida que seja saudável, pois isto exigiria investimentos em infra-estrutura, salários melhores e distribuição de renda, o que iria na contra-mão das teorias econômicas. Na sociedade humana, ao contrário do jundo da produção animal, o lucro advém não da saúde mas da exploração da força de trabalho barata e dos seus produtos,



Mesmo degradado, o rio São Francisco é fonte de vida para milhares de ribeirinhos

através da lucrativa indústria da doença.

Uma vez feito este diagnóstico o Projeto Manuelzão decidiu mobilizar o povo, mas isso só foi possível ser feito com sucesso e de forma inovadora em relação aos velhos instrumentos e concepções políticas quando descobrimos que tão fundamental quanto o acerto da premissa conceitual era a capacidade operacional para mobilizar a população através de uma estratégia e foi esta nossa criatividade que garantiu o sucesso do PMz.

Como foi este processo? Observamos que o saneamento discutia a captação e tratamento das águas; o destino dos esgotos e do lixo; o controle das epidemias através de intervenções ambientais etc. Pelo menos neste plano de considerações, as águas estão no centro da discussão do saneamento e da promoção de saúde e os benefícios já seriam enormes para a saúde do nosso ecossistema de vida.

Prosseguindo, as águas nos conduziram ao território das bacias hidrográficas, um território independente e natural, que possibilita a desconstrução do território político-administrativo imposto em nossas mentes pela história da ocupação do espaço pela dominação mercantil. Por razões metodológicas fizemos isto. O território de bacia hidrográfica permite estudar a Terra e atuar na sua transformação política superando o viés metodológico das atuais fronteiras que condicionam o alcance de nossas considerações e submetem a lógica da vida à lógica da dominação política e econômica, que não são ecossistêmicas. Uma vez definido o território de bacia nós o enriquecemos e o integramos aos ecossistemas que integram a bacia e perpassam bacias contíguas, pois toda a biodiversidade de flo-

ra e fauna se deve ao suporte geológico que a condiciona. Como as chuvas lavam o território e diagnosticam os ecossistemas, estas águas refletem as condições da bacia, permitindo o monitoramento ambiental nas águas dos rios. Daí o biomonitoramento ser essencial para dar sentido às informações complementares do monitoramento físico e químico, tendo como base o estrito respeito ao território de bacia. A vida das comunidades aquáticas nos permite avaliar cientificamente a qualidade ambiental da bacia e das atividades antrópicas. Os peixes simbolizam a vida aquática e a qualidade da cadeia alimentar presente. Não há rios mortos em terra viva, nem rios vivos em terra morta! Neste sentido, os peixes permitem avaliar até mesmo a qualidade da mentalidade civilizatória da história da ocupação humana da bacia hidrográfica. Esta conclusão nos permitiu integrar duas realidades sistêmicas frequentemente dissociadas pela nossa apropriação cognitiva deficiente: integramos a história natural dos rios e bacias, que inclui flora e fauna, à história cultural da humanidade, da sua mentalidade. Portanto, nada mais simples que a proposta da estratégia do PMz: mobilizar a sociedade para trazer de volta o peixe à bacia hidrográfica do Rio das Velhas. Todos sabem a importância do peixe na avaliação da qualidade dos rios e o que ele representa em termos de qualidade de vida do conjunto da fauna, incluindo a população humana. Se o peixe volta é porque a mobilização foi eficaz, eficiente e efetiva, bem como a gestão ambiental, e isto atesta a qualidade conceitual da teoria do PMz. Assim, a volta do peixe é o nosso mote, nosso objetivo operacional pontual comum (oopc), a alavanca de mobilização, o nosso principal

objetivo específico, mas nosso objetivo geral, a essência do PMz, sua razão filosófica e política de ser, é a transformação da mentalidade civilizatória, que buscamos conquistar com a luta pela volta do peixe e dos ecossistemas naturais.

Nesta empreitada é fundamental perceber que a complexa realidade dos fenômenos sócio-ambientais da Terra só pode ser equacionada e resolvida com uma mobilização transdisciplinar, transinstitucional e transsetorial da sociedade, com pesquisas científicas, com gestão ambiental de boa fé da parte do estado e das empresas. É imperativo ter foco na Licença Prévia, a mais importante do processo, organizando de forma convergente e simultânea os processos de licenciamentos e outorgas do SISNAMA de 1981 com as decisões qualitativas do enquadramento das águas do SNGRH de 1997. Nenhum rio poderia, por razões éticas, ter qualidade negativa a ponto de comprometer o abastecimento humano natural, o banho e a saúde dos peixes e dos alimentos de todos os seres vivos. É uma questão de sustentabilidade ambiental estratégica, até para eventos catastróficos que podem abater sobre a Terra.

Um ato administrativo permitirá convergir todos os instrumentos de gestão dos dois sistemas acima referidos, enquanto eles não se fundem numa só lei ambiental, para que aconteça o respeito ao território de bacia que permite monitorar os efeitos sinérgicos e cumulativos dos licenciamentos. Nossa missão é a transformação da mentalidade, em âmbito planetário, brotando da gestão com inteligência sistêmica das águas, como questão central do meio ambiente. A vitória será de todos. ■

A GESTÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO BRASIL

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA

Presidente da ABAS – Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
veto@aguasparana.pr.gov.br

Gratativamente, por entendimento da sociedade e pelo esforço dos técnicos que atuam com recursos hídricos, as águas subterrâneas vêm sendo compreendidas como um patrimônio a ser devidamente utilizado.

O potencial de águas subterrâneas no território brasileiro é, sem dúvida, muito grande e capaz de atender boa parte das necessidades de recursos hídricos para as mais diversas finalidades – abastecimento doméstico, insumo para processos produtivos e serviços.

Este potencial é reflexo de extensas bacias sedimentares, com espessas camadas de rochas porosas e com grandes camadas de solo distribuídas pelo nosso país, as quais suportam depósitos para as precipitações frequentes e regulares. Desta forma, nestas áreas, a capacidade de armazenamento destes pacotes determina regularidade no fornecimento de águas por parte dos aquíferos, com pequenas variações sazonais e qualidade in natura apropriada para consumo direto, carecendo apenas de cloração e fluoretação na imensa maioria dos casos. Tais propriedades conferem aos depósitos competitividade na seleção da alternativa de abastecimento seja para qual finalidade for, visto que água de boa qualidade é apropriada para exercer qualquer função: desde as mais nobres – “água para beber” até aquelas que se traduzem apenas em ganhos econômicos a quem se vale dela.

Muitos são os exemplos internacionais, com países atendendo 100% da sua demanda por meio de água subterrânea, somados aos exemplos nacionais representados principalmente no Estado de São Paulo onde a maioria dos municípios são abastecidos por esta fonte. Os principais emblemas são a cidade de Ribeirão Preto, cuja população é totalmente atendida por água subterrânea e pela Grande São Paulo, onde estimativas da SABESP dão conta do uso de 10 m³/segundo dos mananciais de subsuperfície para as



mais diferentes demandas.

O entendimento do funcionamento, da configuração espacial, das entradas e saídas dos sistemas aquíferos, das influências que as atividades antrópicas exercem sobre a qualidade, é de vital importância para que o processo de gestão das águas subterrâneas seja realmente efetivado.

Neste particular, a ABAS - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas vem atuando fortemente no combate ao uso clandestino dos recursos subterrâneos, representado por obras – poços tubulares, ditos artesanais - sem responsável técnico, de modo geral, mal construídas e que, definitivamente, não entram nos bancos de dados, nos sistemas de informação e consequentemente nos balanços hídricos das bacias hidrográficas - as unidades de planejamento, monitoramento, fiscalização, com consequente gestão das águas num espaço territorial bem definido. Conflitos então se estabelecem e são de difícil solução na medida em que não se conhecem todas as variáveis. Resoluções e Moções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem sido empreendidas para chamar à atenção sobre estas questões.

Na ampliação do conhecimento técnico sobre os aquíferos também, grande

esforço tem sido despendido para conhecer hidrogeologicamente os corpos d'água subterrâneos de amplitude regional, sem negligenciar estudos que propiciem entendimento de situações pontuais, de detalhe, onde a identificação de interferência entre bombeamentos de poços, por exemplo, pode trazer luz para importantes tomadas de decisão. Além disso, temos incentivado a implantação de redes de monitoramento hidrogeológico no nível Nacional, Estadual e no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Os Comitês, aliás, são ambientes capazes de trazer maturidade à discussão, ao conhecimento, à preservação e principalmente ao uso ambientalmente correto das águas subterrâneas. Entendemos os Comitês como sendo o coração do sistema de gestão de recursos hídricos - onde eles pulsam, e infelizmente são poucos os exemplos, mas, crescentes -, os sistemas estaduais e nacional de gestão, respiram.

Todos os segmentos da sociedade representados, todos os interesses sobre a mesa de pactuação - exigência que os órgãos gestores existam e funcionem e que sejam capazes de cumprir com suas funções constitucionais, instrumentos de gestão exercitados – outorga, enquadramento, cobrança e principalmente, planejamento de recursos hídricos – sejam eles planos estaduais ou de bacia hidrográfica - que procurem entender, conhecer e usar as águas subterrâneas atualmente e no futuro, reconhecendo suas potencialidades e que elas se traduzam em bem estar da atual população, sem prejuízo às gerações futuras.

Fica para nós da ABAS o desafio de ampliarmos cada vez mais a nossa participação nos Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos e nos Comitês de Bacia Hidrográfica para interagirmos com toda a sociedade pela expressão e disseminação do contínuo processo evolutivo do conhecimento hidrogeológico e cumprirmos, desta forma, com a nossa cota no processo de gestão das águas brasileiras. ■

SEGUIR JUNTOS

CASSILDA TEIXEIRA DE CARVALHO

Presidente Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
abes@abes-dn.org.br

O saneamento ganha, de tempos em tempos, as manchetes de jornais. Nos últimos meses, repercutindo a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) e da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), debates e opiniões sobre o atraso do setor e a comparação com outros setores se multiplicaram.

Oportunamente, tivemos neste ano de 2010 uma acirrada disputa à Presidência da República. A preocupação da população com as questões ambientais, por consequência questões de qualidade de vida, ficou evidente na opção de milhões de brasileiros por programas de governo que priorizaram o meio ambiente, o saneamento, a saúde, a educação.

Então nós, gestores e profissionais do saneamento ambiental brasileiro, temos um enorme compromisso com essa população, o compromisso de fazer as coisas acontecerem e acontecerem com muita urgência.

Nossa convicção é de que é possível. Desde que tenhamos muito clara a necessidade de articulação entre os todos os agentes envolvidos, sejam eles federais, estaduais e municipais, públicos ou privados. Desde que tenhamos a coragem de ousar e fazer diferente. Desde que utilizemos corretamente os recursos para obter resultados consistentes e sustentáveis.

A persistência e a real disposição de mudança serão as alavancas para o salto que precisamos dar. Ou agimos assim ou não atingiremos a universalização dos serviços de saneamento nos próximos dez anos, como almejamos.

A articulação entre os agentes constitui um dos condutores para a meta que perseguimos. Neste sentido, a participação de representantes do saneamento nos Comitês de Bacias permitiu a discussão e, muitas vezes, o equacionamento de assuntos de interesse de ambos os segmentos – saneamento e recursos hídricos –, agilizando muitas decisões que vieram ao encontro dos anseios da maioria.

Essa forma historicamente articulada de atuar culminou com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no fim dos anos de 1990. Hoje, a consolidação da Política e de seus instrumentos encontra espaço inequívoco no Fórum Nacional de Comitês de Bacias.

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) – que nos seus 45 anos de existência participou decisivamente de todas as políticas de saneamento e meio ambiente hoje em vigor no país, entende que os rumos que tomarmos doravante não deve, sob qualquer hipótese, ser pensados de maneira isolada.

Seguir planejando juntos é fundamental para garantir que chegaremos a 2020 com todos os lares brasileiros atendidos pelos serviços de saneamento e nossos recursos naturais preservados para as gerações futuras. E nesse sentido os Comitês de Bacias desempenham um papel central. ■



Alguns desafios deveriam ser considerados durante o processo de revisão do Plano em 2010: o PNRH 2025, como passou a ser chamado, deve ser um instrumento reconhecido e adotado como norteador para os entes do SINGREH

Ação do passado

Política de açudagem

Açude Cedro, Ceará

Vozes da seca

Patativa do Assaré

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão

É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home pur nós escuído para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê

Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage
Livre assim nós da ismola, que no fim dessa estiage
Lhe pagamo intê os juru sem gastar nossa corage

Se o doutô fizer assim salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!
Nunca mais nós pensa em seca, vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso destino mercê tem nas vossa mãos

Visão de futuro

Cinturão das Águas

MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO

Coordenadora de Gestão dos Recursos Hídricos – SRH/CE

O Cinturão de Águas do Ceará – CAC é um sistema adutor extenso, com cerca de 1.294 km de comprimento, quase integralmente gravitatório – com somente um pequeno bombeamento em seu trecho litoral final - com trechos em canais em corte e/ou aterro, obras de travessia de talvegues e elevações topográficas através de sifões, aquedutos e túneis.

O CAC tem por objetivo principal aduzir as vazões transpostas do rio São Francisco para todas as macro-bacias hidrográficas do Ceará.

Com o CAC 80% do território do estado será beneficiado pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional (PIRSF), e não somente as bacias do Jaguaribe e Metropolitanas, como previsto inicialmente no projeto; ele aumentará significativamente a possibilidade de acumulação das águas possíveis de aduzir do rio São Francisco, com a inclusão de cerca de 20 novos grandes açudes, cada um de capacidade superior a 50 hm³.

Além de proporcionar uma distribuição espacial mais homogênea da disponibilidade hídrica no Ceará, o CAC contribuirá de maneira significativa para o aumento da garantia de suprimento de água. Em decorrência das vazões transpostas do rio São Francisco e distribuídas pelo CAC, a oferta hídrica com garantia de 90% será incrementada dos atuais 92 m³/s para mais de 120 m³/s; para uma garantia de 99%, a oferta subirá de 73 m³/s para pouco mais de 100 m³/s. Essas vazões representam aumentos de aproximadamente 30% e 40% das disponibilidades hídricas com 90% e 99% de garantia, respectivamente.

No que diz respeito ao atendimento das demandas hídricas no

horizonte de 2040, a implantação do CAC gerará um cenário bastante favorável de suprimento hídrico, com o atendimento das demandas atingindo níveis elevados e equivalentes em todas as macro-bacias. Com o sistema adutor, será possível atender quase universalmente (95% de atendimento) as demandas prioritárias (abastecimento humano, industrial e turístico) com garantia plena (99%, mais vazão de alerta no 1% do tempo restante), enquanto que sem o projeto esse nível de atendimento seria de 78%.

PRINCIPAIS OBJETIVOS E BENEFÍCIOS :

» Aduzir as vazões transpostas do rio São Francisco para todas as principais bacias do Estado do Ceará, e não somente para as bacias do Jaguaribe e Metropolitanas, abrangendo 80% do território cearense;

» Atender, com elevado nível de garantia (99%), quase universalmente (95%) as demandas d'água prioritárias previstas para o ano 2040 - abastecimento humano (cerca de 10,2 milhões de pessoas), industrial e turístico - e complementarmente a agricultura irrigada (cerca de 60 mil ha);

» Aumentar significativamente a possibilidade de acumulação das águas possíveis de aduzir do rio São Francisco, com a inclusão de cerca de 20 novos grandes açudes (> 50 hm³);

» Possibilitar a gestão mais favorável dos principais açudes das bacias do Jaguaribe, Poti, Acaraú, Curu, Coreaú e Litorâneas e as sinergias hídricas derivadas do aporte de vazões transpostas.

A Secretaria dos Recursos Hídricos contratou e já estão concluídos: o Estudo de Viabilidade Técnico-econômica e Ambiental, bem como o Ante-projeto do Trecho Jati-Cariús do Cinturão de Águas do Ceará – CAC.

A implantação do CAC custará um total de aproximadamente R\$ 7 bilhões (preços de junho/2009).

O CAC está subdividido nos seguintes trechos:

Trecho 1 Jati-Cariús,

Trecho 2 Cariús-divisor Jaguaribe e Poti,

Ramal 1 derivação Trecho 2-rio Banabuiú

Trecho 3 final Trecho 2-Bacia do Acaraú.

Ramal 2 deriva vazões para a bacia do Banabuiú através do rio Quixeramobim.

Ramal Oeste transfere vazões para as Bacias do Acaraú e do Coreaú.

Ramal Leste deriva vazões para as Bacias do Acaraú, Litoral, Curu e Metropolitanas.

Ramal do Litoral barragem Santa Rosa (rio Acaraú)- Complexo Industrial e Portuário do Pecém. ■

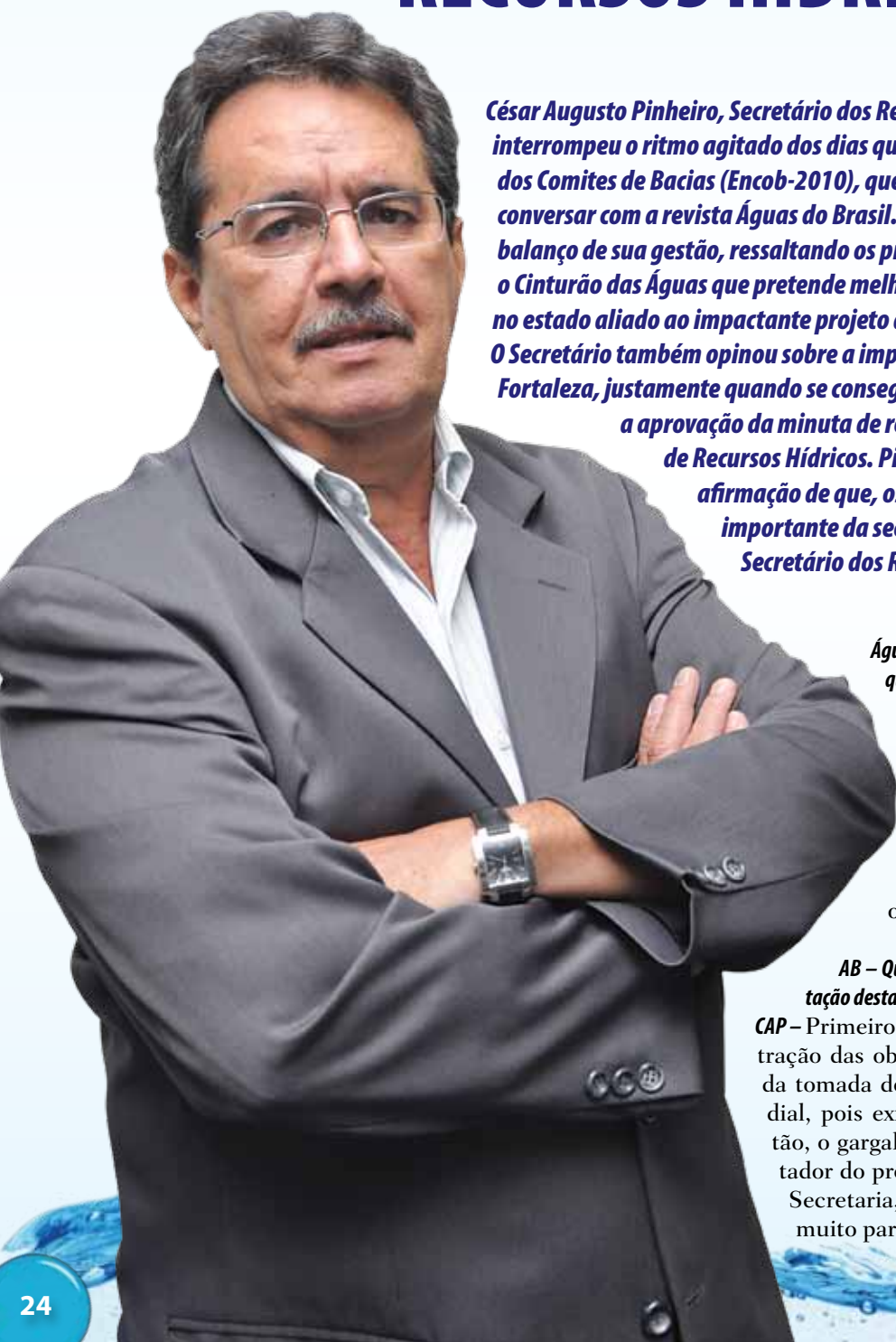




Entrevista

Secretário de Recursos Hídricos CÉSAR PINHEIRO

OS COMITÊS DE BACIAS SÃO O SETOR MAIS IMPORTANTE DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS



César Augusto Pinheiro, Secretário dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, interrompeu o ritmo agitado dos dias que antecedem o XII Encontro Nacional dos Comites de Bacias (Encob-2010), que este ano é sediado em Fortaleza para conversar com a revista Águas do Brasil. Na entrevista, o secretário faz um balanço de sua gestão, ressaltando os projetos em andamento do governo como o Cinturão das Águas que pretende melhorar a distribuição dos recursos hídricos no estado aliado ao impactante projeto de Transposição do Rio São Francisco. O Secretário também opinou sobre a importância do Encob acontecer em Fortaleza, justamente quando se consegue uma grande vitória para o Ceará, a aprovação da minuta de revisão e atualização da Lei Estadual de Recursos Hídricos. Pinheiro foi ainda muito enfático na afirmação de que, os Comitês de Bacias são o setor mais importante da secretaria. A seguir a entrevista com o Secretário dos Recursos Hídricos.

Águas do Brasil – Na sua ótica, quais as principais conquistas em sua gestão de quatro anos?

César Augusto Pinheiro – As maiores conquistas dizem respeito à gestão e à distribuição dos recursos hídricos. Em suma, fazer as águas seguirem o curso do desenvolvimento. E isso nós fizemos com a construção do trecho 2 e do trecho 3 do Eixão das Águas, estando os trechos 4 e 5 em fase de conclusão.

AB – Quais os grandes desafios enfrentados na implementação desta política de recursos hídricos no Ceará?

CAP – Primeiro, as dificuldades são relativas à administração das obras. Colocá-las em andamento, a partir da tomada do crédito internacional no Banco Mundial, pois existe uma burocracia muito grande. Então, o gargalo é a burocracia. O lado positivo, facilitador do processo, é a competência dos técnicos da Secretaria, da Cogerh, da Sohidra. Eles ajudaram muito para que os projetos saíssem das prateleiras

e agora, estejam sendo construídos.

AB – A “menina dos olhos” do governador Cid Gomes é o Eixão das Águas. Como está o andamento desta obra?

CAP – O trecho um já estava concluído. Os trechos dois e três já foram inaugurados, o quatro está com 98% concluído e o trecho cinco com 60% executado. Mas a grande obra do governador é o Cinturão das Águas, ou seja, o uso das águas que vem do Projeto de Integração do rio São Francisco para ser levado às regiões mais carentes do Estado, que é a região dos Inhamuns e de Crateús, além de resolver o problema do Cariri, que hoje é abastecido por água subterrânea. Nós vamos fazer um extenso canal, que já está em fase de licitação, para que se tenha água superficial, deixando de usar a água subterrânea no abastecimento do Cariri.

AB – Qual a expectativa do senhor em relação à Transposição de Águas do São Francisco, o que mudará no Ceará?

CAP – Muda tudo. Este projeto significa ter garantia de água no Estado do Ceará. Podendo ser utilizada em maior ou menor quantidade de acordo com a prioridade de seus múltiplos usos. Entretanto, o principal é o abastecimento humano e matar a sede dos animais.

AB – Qual principal mudança na gestão dos Recursos Hídricos do Ceará, com a aprovação do Projeto de Lei para Revisão e Atualização da Lei Estadual dos Recursos Hídricos?

CAP – Olha, isso é um avanço enorme. A Lei dos Recursos Hídricos já estava necessitando a muito tempo de uma revisão. Visando ouvir a sociedade fizemos um trabalho descentralizado, ouvindo, inicialmente, os Comitês de Bacias, que são os representantes da sociedade, para que tivéssemos uma lei participativa com a opinião de todos os componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, enfim, ouvindo todas as pessoas que administram e usam as águas do Ceará. Nós temos um grande projeto que



Na minha visão os Comitês de Bacias, formam o componente mais importante da Secretaria dos Recursos Hídricos. Eles são colegiados independentes, e tivemos o cuidado de dar todo apoio a eles

foi feito pela Assembléia, que é o Pacto das Águas, e assim, com a minuta nós estamos entregando o primeiro produto indicado para ser feito pela SRH, que é justamente a revisão da Lei. Já entregamos o Projeto na Procuradoria do Estado e uma minuta na Assembléia para que os deputados possam analisar, e se for o caso, aprovar.

AB – Qual a expectativa com relação ao trâmite na Assembléia, os deputados vão realmente dar o sim a essas mudanças?

CAP – O ante-projeto foi muito bem feito e muito participativo. Eles não terão problemas nas discussões internas, pois isso já foi bastante debatido nos Comitês de Bacias, que representam a sociedade na gestão

das águas. Assim terão pouco trabalho e acredito que com a boa vontade dos deputados, teremos a aprovação, o mais rápido possível. Eu quero sair daqui com essa Lei aprovada.

AB – Secretário, com relação ao desenvolvimento sustentável, como compatibilizar essa questão com o gerenciamento dos recursos hídricos?

CAP – Uma coisa esta atrelada à outra. O gerenciamento é que vai dar a sustentabilidade. Se soubermos gerenciar e distribuir bem essas águas, teremos uma grande parte da população beneficiada e com isso, um desenvolvimento sustentável.

AB – Qual a visão do senhor com relação aos Comitês de Bacias?

CAP – Na minha visão os Comitês de Bacias, formam o componente mais importante da Secretaria dos Recursos Hídricos. Eles são colegiados independentes, e tivemos o cuidado de dar todo apoio a eles. Pois os Comitês representam a sociedade participando da gestão das águas junto ao poder público. É um fórum das águas para as decisões da população. Nós trouxemos, na prática, para dentro do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CONERH – os Comitês, e nessa nova Lei teremos a implementação disso, para que eles tenham voz e voto no Conselho.

AB – Secretário, para o Ceará o que representa sediar o XII Encob e o I Enecob?

CAP – É um fato muito importante, pois vamos ter a oportunidade de receber representantes dos 180 Comitês de Bacias de todo o Brasil, e receber todos os membros de Comitês do Ceará. Teremos, também, as maiores autoridades em recursos hídricos do Brasil e de outros países, mostrando suas experiências e trocando conhecimentos e informações, ou seja, fazendo de fato “a comunicação e a mobilização na gestão das águas”. Estou assim, com a realização deste evento fechando com “chave de ouro” a minha administração. ■

NOVO PARADIGMA CEARENSE:

UMA LEI DE ÁGUAS CONSTRUÍDA POR VÁRIAS VERTENTES

MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO

Coordenadora de Gestão dos Recursos Hídricos – SRH/CE(*)

“A água pode ser um agente de paz, em vez de gerar conflitos, e a UNESCO está buscando as formas que irão permitir a esse século ser um dos séculos da ‘paz por água’ em vez de ‘guerra por água’. Desenvolvendo-se princípios e métodos eficientes, e éticos, para gerenciamento desse recurso, ao mesmo tempo em que respeitamos ecossistemas relacionados, moveremos um passo a mais para alcançarmos o objetivo do desenvolvimento sustentável”

(Mensagem do Diretor Geral da UNESCO, New York, 2002)
Plano Estadual de Recursos Hídricos do Ceará-PLANERH, 2005

O Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no mundo denominado “Água, uma Responsabilidade Compartilhada”, apresentado durante o 4º Fórum Mundial da Água, em 22 de março de 2006, na Cidade do México, trata com muita propriedade da Governança da Água, e mostra que “o mundo possui muitas fontes de água potável, apesar de estar má distribuída.”

Entretanto, segundo o Relatório, gestões equivocadas, recursos limitados e mudanças climáticas têm trazido sérios problemas, ou seja, um quinto da população do planeta não possui acesso à água

potável e 40% não dispõe de condições sanitárias básicas. Ressalta, ainda, que “durante o século XX, a utilização da água cresceu seis vezes, duas vezes mais do que a taxa de crescimento populacional e que nossa habilidade para lidar com o contínuo crescimento da demanda global, dependerá da boa governança e gestão dos recursos disponíveis.”

Assim, segundo a UNESCO: “Uma boa governança é essencial para a gestão dos suprimentos de água potável e indispensável no combate à pobreza. Não há um modelo de boa governança, que é complexa e dinâmica. Mas nós sabemos que isso deve incluir instituições

adequadas - nacional, regional e, localmente fortes - com uma estrutura legal efetiva e recursos humanos e financeiros suficientes” (Grifo nosso). Isso, também, requer “liberdades essenciais, como liberdade de expressão e o direito de organização. Se os cidadãos não podem ter acesso às informações básicas sobre a qualidade e a quantidade da água, limita-se seriamente a chance deles intervirem em projetos de água ambientalmente prejudiciais ou chamar à responsabilidade as agências governamentais relevantes”.

Nesse contexto, o Estado do Ceará tem exercido, de forma pioneira no Brasil, essa “Governança

(*) Colaborador: Juliano dos Santos Oliveira -Tecnólogo em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental.

da Água”, desde a criação de órgãos gestores e comitês de bacias hidrográficas, e tem se destacado, tradicionalmente, no Planejamento e na Gestão Integrada dos seus Recursos Hídricos.

E foi exercendo essa “Responsabilidade Compartilhada com a Água” que a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) do Estado do Ceará, de modo estratégico e com uma visão precursora, decidiu fazer uma Revisão e Atualização da Legislação Estadual, de forma integrada, participativa e descentralizada, ouvindo os Usuários, a Sociedade Civil e os demais Poderes Públicos, através dos Comitês de Bacias Hidrográficas e de todos os entes do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos do Estado.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, assegurou aos brasileiros o direito de participar da elaboração, implementação e controle das políticas públicas, o que significou(a) um grande avanço e expressiva mudança nas relações de poder, como citado no PLANERH (2005): “A legislação de Recursos Hídricos tem evoluído, significativamente, no País, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Até então, os estados não dispunham das leis de políticas hídricas e, em nível nacional, a ordem jurídica era ditada pelo Código de Águas de 1934. Com a vigência da atual Constituição Federal, que introduziu novos conceitos sobre os recursos hídricos e suas relações com a sociedade, definindo os novos domínios para a água e sua caracterização como bem público dotado de valor econômico e, ainda, estabeleceu as bases para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, é que o País mobilizou-se para a ‘gestão dos recursos hídricos’.”

A Gestão dos Recursos Hídricos é um processo dinâmico e relativamente novo. Diante dessa questão, impõe-se registrar que os Estados de



A Política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, antes da criação da SRH, em 1987, baseava-se, basicamente, nas significativas intervenções federais, através do DNOCS

São Paulo, em 1991, e do Ceará, em 1992, anteciparam-se à Lei Federal nº 9433, de 08 de janeiro de 1997 (Lei das Águas) e estabeleceram suas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, seus respectivos Sistemas Estaduais de Gerenciamento e aprovaram seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos.

A Política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, antes da criação da SRH, em 1987, baseava-se, basicamente, nas significativas intervenções federais, através do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) que, desde 1909, estudou todas as Bacias, através de Planos Diretores e executou a grande maioria das obras de acumulação e distribuição dos Sistemas Hídricos do Estado, e muitas outras ações de combate às adversidades climáticas do Semiárido e, conseqüentemente, à grande fragilidade hídrica do Nordeste brasileiro.

Entretanto, os conflitos por esses recursos hídricos sempre estiveram presentes na história de nossa sociedade. Em 1986, diante disso, o Ceará assumiu novas estratégias frente às suas dificuldades edafocli-

máticas e implantou novas políticas de convivência com a seca, criando a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), em 1987, e assim, iniciando uma nova fase de planejamento dos Recursos Hídricos, que culminou com o estabelecimento do ordenamento jurídico e institucional de gestão das águas do Estado do Ceará, também de forma pioneira, estabelecido pela Lei nº 11.996, de 24 julho de 1992, que “dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH e dá outras providências”.

Os Princípios Fundamentais da “avançada” Lei de 1992, são: (1) Gerenciamento de forma INTEGRADA, DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA e que a Bacia Hidrográfica será adotada como unidade para o gerenciamento; (2) A água é um bem de domínio público, porém é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, sendo necessária cobrança pelo seu uso. A outorga de direito de uso é um instrumento essencial para o seu gerenciamento; (3) A Gestão dos Recursos Hídricos deve sempre pro-

porcionar o uso múltiplo das águas, tendo como prioridade o abastecimento das populações.

A Lei de 1992 criou os Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará (CBH's) e o Comitê das Bacias da Região Metropolitana de Fortaleza (CBRMF). Entretanto, o primeiro Comitê efetivamente criado foi o CBH-Curu, em 1997, mas que somente foi instalado em 17 de outubro de 1997, após a criação da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), em 1993, instituição responsável pelo Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado.

Com o exercício da gestão, foi-se identificando desafios e caminhos que não puderam ser previstos em sua plenitude por aquela legislação estadual, levando-se em conta as disposições da Lei Federal nº 9.433, que somente foram instituídas em 1997, pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

De acordo com a norma federal, a gestão dos recursos hídricos deve ser feita através dos seguintes instrumentos: (i) planos de recursos hídricos; (ii) enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; (iii) outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos; (iv) cobrança pelo uso de recursos hídricos; e (v) Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Ainda, em seus princípios, dispõe sobre a necessidade de se observar os aspectos qualitativos e quantitativos, utilizando os instrumentos de gestão, como o enquadramento de corpos de água em classes de uso. Outra referência, diz respeito à importância de se promover a gestão da água associada aos preceitos da gestão ambiental.

Observa-se, também, que o Estado não se destaca apenas pela implementação da sua Política de Recursos Hídricos, mas primordialmente, por ter sido o primeiro Es-



Oficina de trabalho da revisão e atualização da Lei da Política de Recursos Hídricos

tado a efetuar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, seu principal instrumento de gestão. E, atualmente, devem ser vistos outros aspectos, da maior importância, que são inseridos no meio hídrico através da gestão compartilhada.

Diante desta realidade, surge a necessidade do Estado apresentar respostas rápidas e efetivas, harmonizando os usos e suas demandas, minimizando os riscos de conflitos pelo uso da água.

Muito embora, diretrizes jurídicas tenham sido elaboradas - através de Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas - na tentativa de compatibilizar a diretiva estadual com a federal, existe um sentimento de necessidade de readequação das normas Estaduais, dispondo-as de acordo com o preconizado pela União, no tocante à gestão dos Recursos Hídricos.

Desta forma, ficou decidido criar um Grupo de Trabalho (GT) para propor um Projeto de Lei para Revisão e Atualização da atual Legislação Estadual dos Recursos Hídricos do Ceará, definido pela Portaria 184/2009/SRH, de 31 de março de 2009, do Secretário dos Recursos Hídricos e publicada no DOE de 08 de abril de 2009. Este Grupo de Trabalho, que teve como objetivo analisar, revisar e atualizar a Política Estadual de Recursos Hídricos,

foi constituído por representantes da SRH, da COGERH e da Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA).

As ações a serem desenvolvidas pelo Grupo deveriam atender, em especial, a legislação ambiental vigente, garantindo a quantidade e qualidade dos recursos hídricos.

Diante do desafio, foi realizada a primeira reunião com os participantes do Grupo de Trabalho, no dia 23 de abril de 2009, onde foi apresentada a Metodologia que seria adotada para tornar a árdua missão a mais participativa e integrada possível.

E na reunião seguinte do Grupo de Articuladores, que é constituído pelas Diretorias de todos os Comitês do Ceará, foi entregue a documentação pertinente à análise por parte de todos os membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará.

Os Comitês das dez Bacias Hidrográficas criaram Grupos de Trabalho, ou utilizaram suas Câmaras Técnicas no intuito de se aprofundar na análise, revisão e atualização da Lei Estadual. Este trabalho continuado levou quase um ano, quando foram entregues, até janeiro de 2010, todas as contribuições, por Comitê, ouvindo os seus membros e decidindo em Plenário sobre as decisões finais a serem enviadas ao Grupo de Trabalho.

O GT recebeu as contribuições de todos os Comitês de Bacias e as

sistematizou em uma Matriz comparativa com a Lei Original, por capítulos, parágrafos e incisos.

Da segunda reunião do GT até a décima terceira (última), ocorrida em 01 de outubro de 2010, foram realizadas atividades de análise, revisão e atualização em comparativo com a Matriz Sistematizada, fruto das contribuições advindas dos dez Comitês do Ceará.

A conclusão do trabalho do GT de Análise, Revisão e Atualização da Lei da Política Estadual dos Recursos Hídricos do Ceará, gerou uma Minuta de Projeto de Lei – Versão 10.1, onde foram inseridos diversos assuntos, tais como: inclusão da COGERH no SIGERH, Águas Subterrâneas, Reúso de Águas, Segurança de Barragens, Composição do CONERH, dentre outros, não existentes na Lei nº 11.996/92.

Nos dias 06 e 07 de outubro de 2010, foi realizada uma Oficina de Trabalho com a finalidade de formar Grupos interdisciplinares compostos por todos os entes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos para discutir, ampla e exaustivamente, a Minuta anteriormente citada, finalizando com um amplo debate, de forma participativa, ouvindo usuários, sociedade civil e os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipais, mantendo transparência quando da análise, revisão e avaliação da nova legislação dos recursos hídricos.

A conclusão desse amplo processo democrático se deu com a aprovação da Minuta de Projeto de Lei – Versão 10.2, em 18 de outubro de 2010, pelo Ente superior do SIGERH, o Conselho dos Recursos Hídricos do Ceará – CONERH. Tal Minuta foi encaminhada à Procuradoria Geral do Estado e, concomitantemente, à Assembléia Legislativa para aprovação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Estadual de Recursos Hídricos nº 11.996, de 24 de julho de 1992.

Não se faz GOVERNANÇA DA ÁGUA sem a participação social! E



Encontro Canal do Trabalhador e Eixão das Águas

No Ceará, das onze Bacias Hidrográficas, 10 já possuem Comitês formados e, em pleno funcionamento. Além disso, existe um Grupo de Articuladores dos Comitês, formado pelos membros das Diretorias de todos os Comitês do Estado, que se reúnem trimestralmente

este é o grande destaque do funcionamento do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos, que deve aos Comitês de Bacias, a gestão compartilhada, de forma integrada, descentralizada e participativa. Os Comitês são Órgãos Colegiados com funções consultivas e deliberativas constituídos por representantes da Sociedade Civil, dos Usuários, e dos Poderes Públicos Municipais, Estadual e Federal, previsto nas Legislações Estadual e Federal, onde os representantes, embora com grandes responsabilidades, são voluntários do Sistema. No Ceará, das onze Bacias Hidrográficas, 10 já possuem Comitês formados e, em pleno funcionamento. Além disso, existe um Grupo de Articuladores dos Comitês, formado pelos membros das Diretorias de todos os Comitês do Estado, que se reúnem trimestralmente.

O Pacto das Águas sugeriu proposições de aperfeiçoamento do Arcabouço Legal em seu “Programa Revisão e Atualização da Legislação Estadual de Recursos Hídricos”. Es-

pera-se que essa parceria com a sociedade fortaleça e sensibilize o Poder Legislativo quanto à necessidade urgente da aprovação do Projeto de Lei da Revisão e Atualização da Política Estadual de Recursos Hídricos, elaborado pela SRH, de forma participativa com a Sociedade, através dos Comitês de Bacias, tornando-se, assim, o primeiro resultado efetivo das ações propostas no Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará, do Pacto das Águas.

Caso aprovada, esta será a Primeira Lei Estadual de Recursos Hídricos revista e atualizada no Brasil, e, principalmente, de forma participativa. Mais uma vez o Ceará demonstra seu pioneirismo e sua dedicação aos Recursos Hídricos!

Assim sendo, espera-se que essa forma inédita e integrada de formulação da Legislação Hídrica Estadual seja respeitada, por ser descentralizada, compartilhada e, sobretudo, democrática, seguindo assim, todos os preceitos da UNESCO quanto ao desenvolvimento, no nosso Estado, de uma BOA GOVERNANÇA DA ÁGUA. ■

ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E OS COMITÊS DE BACIA

INGRID ILLICH MULLER

Presidente da ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos
ingrid@lactec.org.br

O crescimento industrial e das cidades verificado, principalmente, a partir do final do século XIX, teve como consequência direta o aumento da demanda por água. O uso mais intenso dos recursos hídricos, associado ao compromisso de garantir o fornecimento aos múltiplos usuários, fez emergir a necessidade do estabelecimento de normas e instrumentos legais para o gerenciamento dos recursos hídricos.

A institucionalização do gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil data de 1920, com a criação da Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas, do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Nas décadas seguintes foram criados diversos órgãos com atuação relacionada à gestão de recursos hídricos. Significativo avanço na reformulação institucional do gerenciamento hídrico brasileiro se dá com a criação dos comitês de bacia hidrográfica na década de 70, que passam a reunir os estudos setoriais desenvolvidos pelas diversas entidades que se relacionavam ao uso dos recursos hídricos.

Marco importante para o país e para os recursos hídricos foi a promulgação da atual Constituição Federal em 1988, que alterou de forma significativa a base jurídica e institucional na qual repousa a gestão das águas do país. As inovações promovidas pela Constituição para o setor hídrico foram importantes, haja vista que o ordenamento jurídico anterior e os modelos de gerenciamento até então adotados, não foram capazes de incorporar meios para combater a escassez hídrica, a poluição dos rios e os conflitos de uso, tampouco promoveram a gestão descentralizada, participativa e sustentável dos recursos hídricos. Entre as inovações promovi-



A institucionalização do gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil data de 1920, com a criação da Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas

das pela Constituição está a atribuição para a União da competência para a instituição do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. O texto constitucional aboliu também a figura da propriedade privada da água, que era prevista no Código de Águas de 1934.

Na década de 90, após cinco anos de intensos debates, e refletindo as recomendações resultantes da Conferência de Dublin, referendadas na ECO-92, por intermédio da Agenda 21, foi sancionada a Lei Federal no 9.433, em 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. A Lei no 9.433/97, pelo seu processo de construção e conteúdo, se constitui em uma das mais modernas e arrojadas propostas de gestão pública de nosso país, representando um marco na implemen-

tação do sistema de gestão integrado e participativo no Brasil. Outro momento importante para o gerenciamento dos recursos hídricos do país foi a sanção da Lei 9.984/00, de 17/07/2000, que criou a Agência Nacional de Águas (ANA), cuja finalidade é a implementação da PNRH e a coordenação do SINGREH.

A política de recursos hídricos definida pela Lei 9.433/97 não é apenas disciplinadora do uso dos recursos hídricos, mas sim um instrumento inovador destinado a promover a sustentabilidade hídrica. O sucesso dessa política hídrica assim como de qualquer política ambiental é fortemente dependente da participação popular, o que justifica a adoção do fundamento da gestão descentralizada e participativa realizada em nível de bacia hidrográfica, através dos comitês de bacia.

Apesar das experiências anteriores de colegiados de bacia, os comitês propostos pela Lei 9.433/97 têm poderes deliberativos e propõem uma estrutura totalmente nova na realidade institucional brasileira ao permitir a participação de outros atores da sociedade, como usuários e entidades civis, no processo de tomada de decisão.

Não obstante as barreiras e dificuldades surgidas ao longo do processo de implementação dos comitês no Brasil, o número de comitês instalados vem aumentando rapidamente nos últimos anos. Atualmente encontravam-se instalados e em funcionamento mais de 150 comitês. Isto demonstra que as ações que vêm sendo tomadas em prol de um melhor gerenciamento dos recursos hídricos estão na direção certa, fundamentadas no sucesso da gestão descentralizada e participativa propiciada pelos comitês de bacia hidrográfica. ■

COMITÊS DE BACIAS APROVAM PLANOS DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS NO CEARÁ

FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA

Presidente da Cogerh

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos-Cogerh, instituição vinculada à Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará-SRH, através da Política Estadual de Recursos Hídricos, está concluindo os Planos de Bacia no Ceará. Os referidos Planos são instrumentos de gestão que permitem à sociedade conhecer a situação da água na Bacia Hidrográfica e os problemas existentes, para que possam ser definidas ações estratégicas para a sustentabilidade hídrica a curto, médio e longo prazos. Os recursos financeiros para a elaboração desses Planos são oriundos do PROÁ-GUA Nacional, coordenado pela Agência Nacional de Águas-ANA, sendo a Cogerh através da Diretoria de Planejamento, Gerência de Gestão Participativa e Gerência de Estudos e Projetos coordenadores do projeto e responsáveis pela elaboração dos referidos Planos, supervisionando as atividades que estão sendo realizadas pela Empresa IBI Engenharia Consultiva Ltda.

Atualmente a Cogerh está em fase de conclusão dos Planos de gerenciamento de águas em quatro Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará: Acaraú, Coreaú, Litoral e a Revisão do Plano das Bacias Metropolitanas, sendo proposta uma metodologia que garanta a participação social nas diversas etapas, prevendo o acompanhamento por parte dos Comitês de Bacias Hidrográficas-CBHs, através de suas Reuniões em Plenárias, Reuniões Públicas e Câmaras Técnicas. Para tanto, a Companhia realizou um Seminário em cada uma dessas regiões hidrográficas, com a participação dos membros titulares e suplentes dos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, além de usuários de cada Bacia. O objetivo foi inserir nos Planos



a percepção dos usuários dos problemas locais e de suas soluções e também fazer com que se sintam comprometidos com os Planos. Desses Seminários foram extraídos os principais problemas e demandas dos Comitês, os quais foram organizados em quatro eixos: Balanço Hídrico, Aspectos Institucionais, Interferências com o Meio Ambiente e Identificação de Conflitos.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas, são órgãos colegiados, compostos por usuários, sociedade civil, poder público municipal e poder público estadual e federal, com atribuições consultivas e deliberativas, com atuação na Bacia ou Sub-Bacia Hidrográfica de sua jurisdição. Uma das atribuições dos CBHs é a aprovação dos respectivos Planos de Bacias, sendo necessária a participação e o envolvimento de todos para que o referido Plano se converta em um efetivo instrumento de gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica.

Os Planos estão sendo desenvolvidos com a participação popular em uma ação conjunta entre o Governo do Estado do Ceará, as municipalidades, a socie-

dade civil organizada e usuários de água, através da fiscalização do trabalho pelos Comitês das Bacias Hidrográficas do Acaraú, Coreaú, Litoral e Metropolitanas e de Reuniões Públicas que irão garantir a efetiva participação da sociedade.

Durante todo o ano de 2010, várias etapas dos Planos estão sendo desenvolvidas.

Na primeira fase foram realizados estudos básicos e diagnósticos, que consistem no levantamento das características físicas, sociais e demográficas das Bacias, bem como o diagnóstico da situação dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica, com as respectivas demandas, disponibilidades, conflitos e oportunidades atuais relacionadas à água.

Na segunda fase foi feito um planejamento para avaliação quantitativa e qualitativa da disponibilidade hídrica e demandas atuais e futuras, a partir do levantamento dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos feitos na primeira fase. E na terceira fase foi discutido o estabelecimento de programas e ações. A partir da consolidação do diagnóstico, o plano de ações visa ordenar no tempo um conjunto de ações, inventariadas e propostas, para recuperação e melhor aproveitamento das águas da Bacia.

Recentemente foram aprovados pelos Comitês de Bacias em Reuniões Públicas, os Planos das Bacias do Litoral, Acaraú e Coreaú e a Revisão do Plano das Bacias Metropolitanas. O Plano de Bacia aprovado, é um instrumento de gestão imprescindível na gestão das águas, consolida um avanço na gestão da Bacia e deverá se converter em um efetivo instrumento de gestão democrático e participativo das águas, esse elemento estruturante para a implementação de políticas setoriais sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social. ■

Reuniões de aprovação pelos Comitês dos planos das Bacias Acaraú, Coreaú, Litoral e RMF



Gestão integrada de recursos hídricos do Estado do Ceará

A história de um conceito

Por ZITA ARAÚJO - SRH

Colaboração da COGERH

Cartilha produzida pelo Comitê do Litoral



A participação social é o elemento determinante do atual paradigma da Gestão Integrada das Águas, sendo necessário o desenvolvimento de ações contínuas de sensibilização, mobilização, comunicação e capacitação dos atores sociais sobre os aspectos técnicos, ambientais, sociais e gerenciais, garantindo, assim, um envolvimento social efetivo e consciente, nas discussões e definições relativas ao uso, controle e conservação da água.

No Ceará, a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos se manifesta em vários espaços de discussões e deliberações acerca da alocação negociada da água e no planejamento das bacias hidrográficas, através dos Comitês de Bacias Hidrográficas e das Comissões Gestoras de

Sistemas Hídricos.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH, são órgãos colegiados, previstos nos termos da Lei nº 11.996/92 e integrantes do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado – SIGERH, com atribuições, consultivas e deliberativas e com atuação na bacia ou sub-bacia hidrográfica de sua jurisdição.

Para a constituição dos Comitês no Ceará foi desenvolvido um amplo processo de mobilização social nas bacias, buscando-se adaptar a metodologia às especificidades históricas, hídricas e culturais e à dinâmica social de cada bacia trabalhada. Nesta metodologia, implementada dentro do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos - SIGERH, adotou-se uma sequência partindo do açude, depois no vale perenizado e por fim da bacia hidrográfica, numa perspectiva de ligação sistêmica e num processo de integração crescente.

Atualmente, no Estado do Ceará, estão instalados 10 Comitês de Bacias Hidrográficas, dos 11 previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Como mostrado a seguir.

Estamos ainda, desenvolvendo trabalhos na Bacia do Poti-Longá, por se tratar da única região hidrográfica do Ceará a apresentar rios de domínio da União. A formação do referido comitê fica condicionada a uma articulação com a Agência Nacional de Águas – ANA, Governo Estadual do Piauí e Governo Estadual do Ceará. Esse trabalho

articulado já foi iniciado com a definição de um Marco Regulatório, através do Projeto de Gestão Compartilhada das Bacias dos Rios Poti e Longá, em 2005.

Ultimamente, vem sendo dada uma ênfase na ampliação do diálogo entre os Órgãos Gestores e os Comitês de Bacias; na capacitação dos colegiados; no envolvimento dos Comitês nas alocações negociadas de água; na participação dos Comitês em eventos regionais e nacionais; no planejamento estratégico dos comitês; no funcionamento do Grupo de Articuladores dos Comitês; na participação dos Comitês na construção do Plano Plurianual do Governo – PPA; na formalização das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos; na elaboração e atualização dos Planos de Gerenciamento de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Órgãos como os Comitês, criados a partir de sistemas vinculados ao Estado dentro de um campo político intenso, precisam formar consensos das bases que lhes garantirão a lógica e a consistência de suas ações. A SRH e a COGERH promoveram o Planejamento Estratégico dos CBH, buscando firmar essas bases para um trabalho articulado entre os Órgãos Gestores e os Comitês de Bacias Hidrográficas. Finalmente, o Planejamento Estratégico permitiu um momento especial de análise da situação atual dos comitês e a formulação de linhas de correção de rumos coerentes com seus princípios básicos e sua capacidade de ação futura.

GRUPO DE ARTICULADORES – Formado pela Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, em 2001, com a missão de facilitar a interlocução e articular a mobilização dos CBH com as demais instâncias do SIGERH. Tem como principais atribuições a troca

Sangria do Açude Castanhão, Ceará



“Se em nível mundial a gestão das águas faz parte do planejamento econômico dos países, no Ceará esta é uma questão estratégica”

de experiências e a articulação entre os Comitês e outras entidades de interesse comum. É composto pelas Diretorias dos Comitês e Órgãos Gestores e convidados de Instituições afins. Funciona sob a coordenação da SRH e de um Comitê, a cada reunião trimestral.

PPA E OS COMITÊS – Os Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará convidados pelo atual Governo através da SRH, participaram da elaboração do Plano Plurianual Participativo (PPA) 2008-2011, o que se constituiu num reconhecimento dos Colegiados como parceiros no Planejamento Governamental dos Recursos Hídricos do Estado. A metodologia para participação dos CBH contemplou a reflexão sobre as potencialidades, problemas e a identificação e pactuação das prioridades por Bacias Hidrográficas. Envolveu os CBH, em deliberações e reuniões do PPA e do Grupo de Articuladores, para socialização das informações.

COMISSÕES GESTORAS DOS SISTEMAS HÍDRICOS – Foi realizado um trabalho articulado para a formalização das Comissões Gestoras juntamente com os Comitês de Bacias, numa

perspectiva de fortalecimento e articulação das ações, a partir da regulamentação junto ao CONERH e da discussão em cada colegiado.

PLANOS DE BACIAS – estão sendo desenvolvidos com uma metodologia participativa, garantindo a possibilidade dos Comitês interagirem de forma efetiva no processo de definição dos Termos de Referências e na construção dos Planos de Bacias, através do acompanhamento de suas câmaras técnicas, do plenário, de capacitações e em audiências públicas no âmbito de cada bacia.

A Política Estadual de Recursos Hídricos, que vem sendo implementada no Ceará, tem como princípio a integração, descentralização e a participação, e com isso, tem contribuído, efetivamente, para uma gestão mais eficiente da água no Estado, através da estruturação de um sistema participativo de uso, controle e conservação dos recursos hídricos. Em relação ao atual modelo de Gestão Integrada no Ceará, o paradigma determinante não é a modernização do aparato técnico para a gestão da água, que é importante, mas fundamentalmente a participação social na gestão dos recursos hídricos do Ceará.

Diante desse modelo exitoso de Gestão Integrada de Recursos Hídricos e dos desafios que se apresentam de forma contínua e efetiva com as perspectivas de mudanças climáticas no semiárido, onde o Estado do Ceará está fortemente inserido, estamos tendo a oportunidade de todos os Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, após 13 anos da criação do primeiro Comitê (CBH Curu-1997), se juntarem pela Primeira vez, num “grande encontro” para debater e avaliar o nosso modelo e os desafios futuros dessa gestão compartilhada para melhoria do SIGERH e, sobretudo, da Gestão Integrada, Participativa e Descentralizada dos Recursos Hídricos, conforme determina a nossa Lei das Águas. ■

CBH-CURU

O primeiro Comitê do Ceará

POR UBIRAJARA PATRÍCIO

Técnico da COGERH



Foto: Pacto das Águas/Aquivo ALEC

Ainda em 1994, foi realizado o I Seminário Institucional dos Recursos Hídricos da Bacia do Curu, em Pentecoste, com o objetivo de: apresentar a Nova Legislação de Recursos Hídricos do Ceará e o Diagnóstico Institucional e de Recursos Hídricos da Bacia do Curu e definir as linhas básicas que nortearão a estratégia de ação para gestão dos Recursos Hídricos na Bacia do Curu.

Este Seminário resultou na criação de associações de usuários nos açudes, criação do Comitê do Baixo Curu e de subcomitês em toda a Bacia, realização de seminários municipais com os usuários e promoção de campanhas educativas sobre o uso racional da água.

Em 1995, no município de Pentecoste, foi realizado o I Seminário dos Usuários das Águas do Vale do Curu, com o objetivo de discutir com os diversos usuários, as quantidades de água que deveriam ser liberadas pelos açudes que perenizavam o rio Curu (açudes: General Sampaio, Tejuçuoca, Pentecoste, Caxitoré e Frios). Naquela ocasião participaram 154 representantes de 85 instituições e organizações atuantes na região. A partir deste momento foi formada a Comissão dos Usuários de Água do Vale do Curu, que viria a ser o núcleo básico do Comitê de Bacia. Esta comissão contava com representantes de 43 instituições, entre associações, cooperativas, distritos de irrigação, agroindústrias, prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos patronais rurais, e órgãos públicos estaduais e federais, realizando 15 reuniões, de setembro de 1995 a dezembro de 1997.

Em 1996, no município de Pen-

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu, CBH-Curu, foi o primeiro Comitê instalado no Ceará, e sua criação foi estabelecida pela Lei nº 11.996/92, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, no seu artigo 48, dada a urgência e importância de sua formação, em virtude de conflitos de uso gerados naquela Bacia.

O Comitê da Bacia do Curu, apesar de ter sido criado por lei em 1992, só foi instalado em 1997.

O trabalho de formação de comitês foi iniciado pela Bacia do Curu, por ter sido, inicialmente, identificada como bacia piloto, e nela foram realizados vários estudos pioneiros no Ceará, que objetivaram instrumentalizar a gestão dos recursos hídricos, como o Plano Diretor da Bacia (1995), o Cadastramento dos Usuários de Água (1996) e Estudos sobre cobrança pelo uso da água

bruta (1998).

Entretanto, apesar de constar na Lei, seu processo de constituição só teve início em agosto de 1994, após a criação da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos-COGERH (1993), que elaborou o Diagnóstico Institucional da Bacia do Curu, onde foram contatadas 82 Instituições, em 18 municípios.

Os contatos institucionais possibilitaram uma melhor compreensão dos principais problemas da Bacia do Curu, quanto à organização dos usuários, a integração institucional, as potencialidades hidrográficas e a dinâmica sociocultural. Além disso, tinham o objetivo de informar sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos e sobre a criação da COGERH, bem como identificar os problemas de recursos hídricos, em cada Município, e o nível de articulação entre as Instituições que atuam nessa área.

tecoste, foi realizado o I Seminário dos Usuários de Água da Bacia do Curu, que teve o objetivo de avançar no processo de democratização do uso das águas no Ceará, fortalecer a Comissão dos Usuários de Água da Bacia do Curu e escolher os representantes municipais para a Comissão dos Usuários da Bacia.

Com a constituição do Comitê do Curu, em 1997, a Comissão de Usuários deixou de existir, já que seu trabalho foi fundamental para o processo de constituição do CBH-Curu, e suas reuniões se caracterizaram como um importante espaço de capacitação dos usuários e de discussão e deliberação sobre a gestão das águas no Vale do Curu. Contribuiu, também, para um maior fortalecimento do processo de organização dos usuários e uma maior integração institucional entre os municípios participantes.

Em 1997, o trabalho de apoio à organização dos usuários entrou em uma nova fase, a realização dos Encontros Municipais sobre Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que serviram como etapa importante para a constituição do CBH-Curu. Estes importantes Encontros Municipais serviram para uma maior divulgação da Política Estadual dos Recursos Hídricos no sentido de que o processo de gestão participativa da água fosse referendado por uma base social mais ampla, permitindo a participação de um maior número de pessoas nas discussões acerca da questão da água, devido a dificuldades de transporte; envolver mais atores sociais em nível municipal; e dar maior representatividade as instituições participantes no processo de constituição do comitê.

Foram realizados Encontros Municipais em todos os municípios da bacia com o objetivo de ampliar as discussões sobre a gestão da água na Bacia e serviram para a escolha dos representantes municipais na definição dos componentes do Comitê; bem como a realização de um diag-

Esta mudança na composição do Comitê acabou sendo adotada como composição básica para a constituição dos outros Comitês do Ceará

nóstico participativo dos principais problemas hídricos dos municípios, relacionando os aspectos de gerenciamento, de infra-estrutura, meio ambiente, saneamento, pesca, estudos e projetos.

Após os Encontros Municipais foi realizado o Congresso de Constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu, no dia 03/07/1997, em São Luis do Curu, onde os delegados escolhidos nos encontros municipais e os representantes das instituições governamentais Estadual/Federal, discutiram e aprovaram o Estatuto do CBH-CURU, bem como elegeram a primeira composição do comitê, que na época contava com 60 membros, com um mandato de dois anos.

A definição do mandato de dois anos foi em função do estudo dos estatutos dos Comitês criados em São Paulo. A proposta de 60 membros para primeira composição do CBH - Curu surgiu a partir das discussões do Grupo de Trabalho que apontaram para a importância de garantir a participação de representantes do poder público municipal de todos os municípios da Bacia, com o objetivo de envolver esse setor numa perspectiva de fortalecimento da atuação do Comitê na Bacia.

A partir dessa definição, foi estabelecida uma divisão de quatro setores: Usuários, Sociedade Civil, Poder Público Municipal e Poder Público Estadual/Federal, e como são 15 municípios que compõem a Bacia do Curu, foi proposto que os outros setores tivessem o mesmo número, ou seja, o Setor Usuários ficou com 15 representantes (25% da composição total); o Setor Sociedade Civil ficou

com 15 representantes (25%); o Setor Poder Público Municipal com 15 (25%) e o Setor Poder Público Estadual/Federal com 15 (25%), totalizando os 60 membros.

O Conselho de Recursos Hídricos do Ceará aprovou o estatuto do CBH - Curu, com a deliberação nº 02/97, de 12 de agosto de 1997, tendo sido publicado no Diário Oficial do Ceará do dia 22 de setembro de 1997.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu (CBH-Curu) foi instalado durante a reunião de posse de seus membros, em 17 de outubro de 1997, no município de Pentecoste - CE. Naquela data foi eleita a Primeira Diretoria do CBH - Curu, composta por Antônio Alzemar de Oliveira (Presidente) e Carlos Magno Feijó Campelo (Vice-Presidente).

Na reunião ordinária do CBH-Curu, realizada dia 20/10/99, em Paraipaba, foram discutidas modificações no Estatuto e aprovado o Regimento Interno do Comitê. Com essa mudança do estatuto foi alterada a composição do Plenário, ficando aprovada a redução dos membros do CBH-Curu para 50 representantes, com a seguinte distribuição: Usuários - 15 representantes (30%); Sociedade Civil - 15 representantes (30%); Poder Público Municipal - 10 representantes (20%) e Poder Público Estadual/Federal - 10 representantes (20%). Esta mudança foi motivada pelo grande número de ausência de membros do comitê, bem como pela dificuldade de atingir o quorum para as reuniões. Esta mudança na composição do Comitê, acabou sendo adotada como composição básica para a constituição dos outros Comitês do Ceará e, posteriormente, incorporada pelo Decreto nº 26.462, de dezembro de 2001, que regulamentou os artigos da lei Nº 11.996/92, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, no tocante aos Comitês de Bacias Hidrográficas. ■

A comunicação como política estratégica de mobilização

Em uma análise realizada para o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - SIGERH, o Banco Mundial destaca a Importância da Comunicação na Gestão Integrada das Águas

Por SANTIAGO FUNES

Consultor do Banco Mundial

Desde o início de 2009, várias Missões do Banco Mundial no Estado do Ceará vêm realizando um trabalho conjunto com a SRH e a COGERH para avaliar as necessidades de comunicação social e de disseminação e intercâmbio de informação no fortalecimento do SIGERH. A avaliação de necessidades que surgiram do trabalho do Banco coincide, notadamente, com as demandas e propostas sugeridas nas diversas Bacias e Municípios do Ceará, durante o processo do Pacto das Águas.

Como consequência de uma preocupação compartilhada e dos diálogos mantidos, este ano o tema central do XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – XII ENCOB é “Comitês de Bacias na Gestão das Águas: a importância da Comunicação e Mobilização”. Se manifesta assim, o interesse da Secretaria dos Recursos Hídricos e de todas as instâncias do SIGERH em atingir uma melhor comunicação entre os atores do Sistema e, particularmente, para reforçar o papel dos Comitês de Bacias como órgãos colegiados de gestão integrada, descentralizada e participativa.



Para Santiago Funes, autor de vários relatórios da Missão do Banco Mundial, “a água se integra em complexos biofísicos e sociais, nos quais a ação humana, o conhecimento e a informação adquirem extraordinária importância”. O consultor franco-argentino segue, assim, a visão proposta por Milton Santos, e salienta a necessidade de um constante aprimoramento institucional, para garantir que o fluxo da informação contribua para alcançar as metas de descentralização e participação na gestão da água.

O especialista observa que mesmo no Estado do Ceará, reconhecido internacionalmente por sua eficácia na implantação das reformas previstas na Lei das Águas,

de 1997, ainda há muito caminho a percorrer para melhorar os fluxos de informação. Não obstante os êxitos alcançados na formação de associações, comissões gestoras e Comitês de Bacias, tal como indicado pelo Pacto das Águas –em especial no sub-programa de comunicação social do Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Estado, os déficits ainda são importantes. As organizações de usuários e as da sociedade civil que participam dos Comitês de Bacias exigem mais informação e diálogo para fortalecer seu papel. Por sua vez, essas organizações necessitam informar e comunicar melhor seus representados, para que os usuários estejam ativamente envolvidos na formulação de políticas e atuem conscientemente no uso deste recurso vital. Os cidadãos – usuários de água necessitam debater e fazer chegar seus pontos de vista, suas expectativas e iniciativas dos organismos responsáveis pela execução da Política de Águas.

Não se trata, ele insiste, de relações públicas ou comunicação corporativa, nem de “comunicação de marketing”. Deve ser dada ênfase ao desenvolvimento da capacidade de acessar, usar e gerar informações. Neste sentido, quando se trata de reformas transcendentais e de longo prazo, que envolvem

grupos com diferentes capacidades de informação, deve-se reconhecer tanto as formas e meios de comunicação tradicionais, típicas de grupos e comunidades específicas, tais como novos instrumentos com tecnologia de ponta. Ele destaca, também - no que concorda com a posição de Paulo Linhares, reconhecido especialista cearense - que uma atividade de comunicação exitosa requer pessoal especializado, métodos de concepção, produção e avaliação apropriados. Neste sentido, sugere, seria necessário fortale-

Do ponto de vista da informação e da comunicação, os participantes da gestão da água podem ser considerados como recém-chegados a um mundo novo

cer os vínculos com pesquisadores e profissionais da comunicação social, aproximando-os do SIGERH e permitindo-lhes um espaço de colaboração interdisciplinar.

Santiago Funes argumenta que a análise e o reconhecimento das redes sociais é útil e indispensável na promoção de diálogos viáveis entre os atores, onde as divergências e os interesses conflitantes possam ser negociados sem bloquear os interesses, expectativas e visões de política das partes envolvidas.

Referindo-se à experiência interna-

cional, o consultor enfatizou que a gestão participativa da água tem a ver com as mudanças tecnológicas, institucionais e/ou sociais, que requerem a substituição de esquemas ou modelos que contêm informação ou categorias. Do ponto de vista da informação e da comunicação, os participantes da gestão da água podem ser considerados como recém-chegados a um mundo novo - que resultará das reformas e mudanças que alteram o ambiente tecnológico, social e do conhecimento, dos quais, muitas vezes, dependem a sua subsistência. Uma consequência desta realidade é que devem ser produzidos significados novos e úteis, potenciando a informação anteriormente disponível para os

usuários. A condição de êxito de uma atividade de comunicação social, como a demandada durante o processo do Pacto das Águas, seria a de que ela iria ajudar os participantes a transformar a informação disponível em uma evidência que pode ser interpretada e internalizada para ações futuras.

Na sua análise, o Consultor do Banco Mundial destaca que “um esforço de comunicação para a gestão dos recursos hídricos deve ser realizado dentro de todo o Sistema Estadual (SIGERH), e não apenas em um de seus componentes, ou em um de seus atores. A divulgação da informação não é adequada com a realidade atual, e uma de suas consequências é que isso favorece a fragmentação contínua das decisões – e sua concentração nos departamentos técnicos e no sistema técnico, tal como existia antes das reformas e que, em grande parte, ainda continua existindo”. E ele insiste que, não são apenas os usuários, os representantes da sociedade civil e das organizações de usuários que devem mudar de atitude, aceitando uma responsabilidade compartilhada e negociada. Os técnicos também têm que mudar, ceder poder, contribuir com a transferência de conhecimentos e aceitar o conhecimento alheio, para a consolidação dos atores com quem irão compartilhar esse poder.

Sem essa dupla transformação, a gestão descentralizada e participativa estará condenada a promessas, ou à utopia. O risco é que os conflitos se acentuem em casos de escassez agravados por mudanças climáticas e por crescentes demandas de desenvolvimento econômico e social, ou por a necessidade de reduzir a pobreza e desigualdade no Estado. ■



A importância da comunicação e mobilização para os Comitês do Ceará

Os Comitês de Bacias são protagonistas nos processos de mobilização e comunicação da sociedade na gestão das águas.

O Estado do Ceará, de certa forma, vem sendo pioneiro nessas ações. Os órgãos e técnicos que trabalham com os recursos hídricos já haviam identificado a importância do melhoramento da comunicação entre os agentes do Sistema.

As ações de comunicação e mobilização estão em andamento, mas não são contínuas, tampouco são objetos de programação, monitoramento e avaliação. A criação e implementação dos Comitês de Bacias e dos sítios na internet são atribuições e atividades de informação, mobilização e comunicação na gestão das águas.

No Ceará, o rádio é um importante meio de comunicação usado na mobilização social por seu largo alcance e penetração em público no meio rural, na difusão da informação sobre gestão das águas. Um exemplo prático dessa estratégia vem do Comitê de Bacia Hidrográfica do Salgado. Conforme narra o Presidente do Comitê, Antônio Araújo, rádio é uma experiência muito positiva para a mobilização por ser melhor assimilado pela população. Ele destaca o projeto 'O Comitê nas Ondas do Rádio' como um instru-



No Ceará, o rádio é um importante meio de comunicação usado na mobilização social por seu largo alcance e penetração em público no meio rural

mento valioso de mídia local na difusão das práticas de gestão e manejo dos recursos hídricos em nosso estado.

Os sítios de internet, são ferramentas já difundidas entre os Comitês de Bacias, com destaque especial para o sítio do CBH do Alto Jaguaribe, que possui uma importante conexão com o público permitindo ao usuário da página virtual registrar suas mensagens e impressões.

Conforme o Presidente da Sub-Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe, a instituição possui vários

programas de educação ambiental que mobilizam a população e sensibilizam para as questões de sustentabilidade, com destaque especial para o projeto relacionado com resíduos sólidos, um dos principais problemas desta Bacia. "Trabalhamos, especialmente, a educação ambiental nos períodos de festividade. Distribuímos sacolinhas de tecido, onde eles devem recolher o lixo. Há, também, uma parceria com os municípios, onde são aumentados os números de coletores de lixo e fazemos a divulgação para que não joguem lixo nas margens dos reservatórios. Uma verdadeira campanha educativa que é feita em parceria com as escolas", informou Alcides.

A presidente do CBH da Região Metropolitana de Fortaleza, Michele Mourão Matos, é um exemplo de empenho na área de educação ambiental. "O comitê tem enfrentado esses desafios, através da educação ambiental e da capacitação, ouvindo as comissões gestoras, que efetivamente têm feito a alocação negociada de água. Temos levado a essas pessoas a necessidade de recuperação das áreas de margens de riachos, açudes e dos recursos hídricos de um modo geral", ressaltou a presidente.

O Presidente do CBH do Acaraú, Alexandre Bessa, lembra que o seu Comitê tem um importante trabalho de revitalização e educação ambiental. Alexandre resalta a mobilização como fa-

tor essencial para que os projetos implementados tenham êxito. “O projeto de revitalização do Açude Forquilha que é voltado para o meio ambiente e mobilização social, envolveu ANA, SRH, Cogerh, Ibama, DNOCS, Prefeitura de Forquilha, CBH Acaraú, a sociedade civil organizada através do Instituto Carnaúba, Embrapa, ou seja, todos juntos para minimizar os impactos de poluição no açude”. “A principal base dessa ação é a mobilização social porque se nós não envolvermos a sociedade em todos os seus segmentos, nós não vamos atingir nossos objetivos,” destaca o Presidente.

Deusimar Oliveira, presidente do Comitê da Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe, ressalta que, vários municípios que estão dentro da área de atuação do órgão fazem uso da internet, inclusive na formação de TV on line. “Como mobilização usamos rádios locais e nós temos também a TV ON LINE, como é o caso da TV Jaguar, da TV Russas e de outras na área de Aracati,” ressalta o Presidente.

Para Genaro, Presidente do Comitê de Bacia do Coreaú, esse tema proposto pelo ENCOB veio em um momento oportuno, pois através de um levantamento realizado, ficou constatado um alto índice de desconhecimento por parte da população do trabalho realizado pelo Comitê de Bacia do Coreaú. “Esse tema do ENCOB foi essencial por que nas bacias, os estudos que nós fizemos, o conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo CBH do Coreaú estava muito baixo. Apenas 30% da população dos 30 municípios que compõe a Bacia conheciam as atividades realizadas pelo Comitê”, revelou Genaro.

O ex-Presidente da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe,



Presidentes dos Comitês de Bacias do Estado do Ceará

Marx Carriere, ressalta a importância de projetos que mobilizem toda a comunidade, levando a informação de porta em porta. “O objetivo do projeto era levar para o cidadão que pertence à Bacia do Médio Jaguaribe o conhecimento do Comitê. As ações foram realizadas em todos os municípios que compõem o Comitê do Médio Jaguaribe fazendo a mobilização da comunidade, levando o poder público municipal à sociedade”, disse.

Vicente Barbosa Soares, Presidente do CBH Litoral disse ser de vital importância para os municípios conhecerem o trabalho dos Comitês que ele intitula como “Parlamento das Águas”. “Ainda é muito insipiente o conhecimento dos Comitês dentro da sociedade, até porque eles são espaços de discussão que a sociedade tem como instrumento na gestão dos recursos hídricos. Principalmente para resolução de conflitos nos usos da água”, destacou Vicente Barbosa.

Em seu depoimento, o Presidente do CBH de Banabuiú, Genesiano de Souza Martins, lembra que os integrantes dos comitês

são membros voluntários que trabalham os recursos hídricos por entenderem que está é uma questão vital para o futuro do planeta. “Assim, pode-se perceber que as principais ações envolvem a mobilização da comunidade, através de visitas, campanhas de educação ambiental, utilização de meios de comunicação, panfletagens, enfim, tentar levar a população todos os problemas que envolvam o gerenciamento da água, a conscientização ambiental e a importância dos trabalhos realizados”, enfatizou Genesiano.

Trabalhando de forma unida e mantendo uma boa comunicação entre todos que integram o ciclo de utilização dos recursos hídricos, tendo sempre o apoio dos governos locais, da Secretaria dos Recursos Hídricos, da Cogerh, como Secretaria Executiva dos Comitês e, principalmente, das Instituições-membro dos Comitês, o Ceará vem realizando grandes avanços na Política Estadual de Recursos Hídricos, de forma participativa, integrada e descentralizada com a Sociedade. ■

COMITÊ DAS BACIAS METROPOLITANAS DE FORTALEZA (CBH-RMF) UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

BERTHYER PEIXOTO LIMA¹ / MÁRCIA SOARES CALDAS² / MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO³

A participação social depende das relações que se desenvolvem dentro da sociedade. Os pressupostos para uma efetiva participação são: acesso às informações, motivação e educação, bem como a consolidação de um diálogo permanente entre os diversos atores sociais.

Em 1986, O Estado do Ceará, assumiu uma nova estratégia frente às dificuldades edafoclimáticas e implantou políticas de convivência com a seca, criando a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), em 1987 e elaborando o Plano Estadual de Recursos Hídricos que culminou com a Lei Estadual de Recursos Hídricos nº 11.996, de 24 de julho de 1992, a qual já preconizava a criação do Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza.

Para Teixeira (2006), a proposta de participação social no gerenciamento das águas por intermédio dos comitês, surgiu num período marcado por grande mobilização da sociedade brasileira pela reivindicação dos direitos de participar e de exercer a cidadania.

A sociedade cearense não sentia apenas sede de água, mas sede de participação nas decisões políticas. A partir desse cenário a COGERH elaborou uma metodologia que balizou a organização dos usuários e a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Nesse sentido, os Comitês de Bacias Hidrográficas, que são órgãos colegiados de caráter consultivo e deliberativo, foram criados pela Lei nº 11.996/1992, do Ceará e regulamentados pelo Decreto nº 26.462, de 11 de dezembro de 2001. O objetivo da criação dos Comitês era fazer uma gestão dos recursos hídricos de forma participativa, envolvendo vários segmentos da sociedade – usuários, organizações governamentais e não governamentais na busca por uma gestão de qualidade, formando um cenário de complementaridade entre as diversas instituições envolvidas.

As Bacias Metropolitanas consiste em um conjunto de bacias das mais diversas formas e tamanho, cobrindo uma área total de 15.085 km². Compreende um



agrupamento de 16 microbacias, com rios dispostos em paralelo, distribuídas por 31 municípios cearenses, localizados à nordeste do Estado, incluindo a capital, Fortaleza. Representa um dos sistemas hídricos mais importantes do Estado do Ceará, por sua abrangência e por concentrar cerca de 3,5 milhões de habitantes, em especial no município de Fortaleza, além de conter a maioria dos órgãos administrativos do Estado e da União, das universidades, a maior parte da produção urbana e industrial e as sedes dos principais movimentos sociais.

No que se refere ao gerenciamento dos recursos hídricos neste conjunto de bacias, o sistema é composto por 18 açudes, sendo que destes, há um complexo de importantes sistemas hídricos, dos quais pode-se destacar: Acarape do Meio; Pacoti; Riachão; Gavião; Pacajus; Adutora Acarape – Maracanaú; Túnel-canal Riachão – Gavião; Canal Pacoti – Riachão; Canal Pacajus – Pacoti; Canal Itaíba – Pacajus; Canal do Trabalhador; Eixão das Águas; Estações de Bombeamento (EB - Gavião, Pacajus – Erê e Itaíba). Os reservatórios, anteriormente citados, fazem parte do Sistema de Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (SARMF) e estão inseridos, espacialmente, nas sub-bacias dos rios Cocó, Pacoti e Choró.

Entretanto, este sistema não é suficiente para abastecer a Região Metropolita-

tana de Fortaleza (RMF), necessitando importar água de outras bacias hidrográficas. Há uma vinculação do sistema às Sub-bacias do Baixo e Médio Jaguaribe, mediante o Canal do Trabalhador e o Eixão das Águas que fará a transferência de água do açude Castanhão para o sistema Pacoti-Riachão-Gavião, o que torna a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) uma usuária das águas derivadas, especialmente, dos reservatórios de Orós, Banabuiú, Pedras Brancas e Castanhão.

Nas Bacias Metropolitanas, a demanda hídrica é elevada em relação à oferta, principalmente durante os períodos críticos. Esta realidade gera conflitos pelo uso das águas nestes mananciais, exigindo uma gestão feita com um cuidadoso planejamento quanto às transposições de águas do rio Jaguaribe e uma criteriosa análise do impacto desta vazão na demanda da referida Bacia.

O que se percebe é que, apesar do Estado ter avançado na estruturação do seu aporte hídrico, isso ainda não resultou na eficiência de suas demandas. Este é o desafio da gestão dos recursos hídricos: tornar a água um bem público de uso mais racional, eficiente e com urgente necessidade de permear os espaços da educação, para que se encontrem alternativas de atenuar/reverter o quadro de degradação ambiental no Estado.

O Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF) foi criado numa experiência atípica, descrita, principalmente, pelo longo período de consolidação e por várias intervenções políticas. O processo de formação iniciou-se, ainda em 1996, através da participação dos usuários, sociedade civil e do poder público em seminários sobre gestão e abastecimento de água na Região Metropolitana de Fortaleza. Ao longo do tempo, foi efetuado um diagnóstico institucional, obedecendo a uma metodologia da COGERH, para criação de comitês de bacias. Reuniões mensais eram realizadas, que foram denominadas

de Fórum das Águas. Essas reuniões perduraram até o ano de 2001, onde o Fórum preparava-se para realizar seu Congresso de Constituição do Comitê. O CBH-RMF foi criado pelo Decreto nº 26.902, de 16 de janeiro de 2003 e empossado em 30 de setembro do mesmo ano.

A formação do Comitê da Metropolitana foi caracterizada pela luta e persistência de seus membros pela democratização e participação na gestão dos recursos hídricos, fato que demandou sete anos entre o início dos trabalhos e a posse do Colegiado, apesar das inúmeras interrupções durante o processo de organização do CBH-RMF. Esse longo período demandado para Formação deste Comitê, justifica-se pela complexidade da região, pela deficiência hídrica da Bacia no suporte às atividades econômicas e sociais, tornando-a dependente de outras bacias, bem como, pela diversidade dos usuários existentes, além do grande contingente populacional da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ocasionando, assim, diversos conflitos entre as partes envolvidas na constituição do Comitê.

Desde sua instalação, em 30/09/2003, o CBH-RMF já passou por 02 mandatos (2003-2005); (2005-2007) e atualmente está na sua 3a. Gestão (2007-2011). Em 2007, através de uma demanda dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, o mandato de membro de Comitê passou de 02 para 04 anos e, sua Diretoria é renovada a cada 02 anos.

Nesses 03 mandatos, o Comitê da Metropolitana tem sido constituído por 60 membros, sendo 18 membros representantes da Sociedade Civil (30%), 18 membros de usuários (30%), 12 membros do Poder Público Municipal (20%) e 12 membros do Poder Público Estadual e Federal (20%). Desde sua instalação, já reuniu o seu Plenário 40 vezes, sendo 23 Reuniões Ordinárias e 17 Reuniões Extraordinárias, até Outubro de 2010.

O CBH-RMF formou Câmaras Técnicas de Meio Ambiente, Reúso de Água, Infra-Estrutura Hídrica, Planejamento das Bacias e Instrumentos de Gestão. Além disso, Grupos de Trabalho que discutiram a Cobrança de Água Bruta, Elaboração de Cartilha de Educação Ambiental na Gestão das Águas, Revisão e Atualização da Lei da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Regimento Interno do Comitê.

O CBH-RMF acompanha, também, a formação e o funcionamento de 08 Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos locais e, agora em 2010, participa, ativamente, de todo um processo participativo da primeira Revisão do seu Plano de Bacia

A formação do Comitê da Metropolitana foi caracterizada pela luta e persistência de seus membros pela democratização e participação na gestão dos recursos hídricos, fato que demandou sete anos entre o início dos trabalhos e a posse do Colegiado

(aprovado em 22/10/2010), pois a primeira versão do Plano de Gerenciamento das Águas das Bacias Metropolitanas era do ano 2000, época em que o CBH-RMF ainda não havia sido criado.

De um modo geral, destaca-se como importantes contribuições do CBH-RMF nas discussões pertinentes à gestão dos recursos hídricos, desde sua criação até o momento atual: a Moção a favor da transposição do rio São Francisco (2004); a Proposta de mudança no mandato dos membros de CBHs de 02 (dois) para 04 (quatro) anos (2006); Publicação de um artigo no livro Agenda 21 Local: Gestão Participativa dos Recursos Hídricos - "A experiência na formação do Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF). Autoras: Maria Zita Timbó Araújo (DNOCS) e Márcia Soares Caldas (COGERH) (2006); Proposta para a reformulação da cobrança de água bruta (2007); Elaboração da cartilha: Educação Ambiental na Gestão das Águas (2008); Regulamentação e participação em 08 Comissões Gestoras de sistemas hídricos das Bacias Metropolitanas (2008); Participação em 07 Encontros Nacionais de Comitês de Bacias Hidrográficas e 02 Encontros Regionais sobre o Semiárido (2008); Participação na elaboração do Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará e na elaboração do Caderno Regional das Bacias Metropolitanas (Pacto das Águas, 2009); Proposta para mudança na Revisão e Atualização da Lei que institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos (2009); Participação no Grupo de Trabalho de cobrança de Águas na Irrigação (GTI) (2009)

e Proposta de mudança no Regimento Interno do CBH-RMF (2010).

Há que se considerar que o modelo de gestão participativa é inovador e, como tal, há uma série de desafios a serem vencidos. Dentre eles, está o nível de centralização no aparelho do Estado, a burocratização para a tomada de decisão, o planejamento governamental que não deveria ser setorial, mas integrado às ações de saneamento, agricultura, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Outro desafio, também, é fazer com que os Comitês se fortaleçam através da troca de experiência das Instituições que os compõem, bem como, da mobilidade nas suas ações, através das Câmaras Técnicas e da maior integração e corresponsabilidade com o poder decisório.

Como nota de reflexão, pode-se dizer que as instituições membros ainda não internalizaram completamente o que o Comitê representa dentro do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Ceará, pois ele deve exercer um papel de órgão catalisador das políticas públicas, de levantamento e discussão dos problemas da bacia hidrográfica, bem como de articulador entre os problemas locais da bacia e a busca de soluções pelos órgãos de gestão no Governo do Estado.

É preciso que o Comitê observe que o vínculo social pela democracia participativa é uma boa forma de reinserir princípios morais na política. Portanto, a gestão compartilhada que ora se propõe, visa dividir o poder decisório com a sociedade, mas para isso é preciso que os Comitês de Bacias possam criar um ambiente propício para a discussão dos temas relevantes de sua bacia, tendo como prerrogativa fundamental, conhecer profundamente a sua realidade local. ■

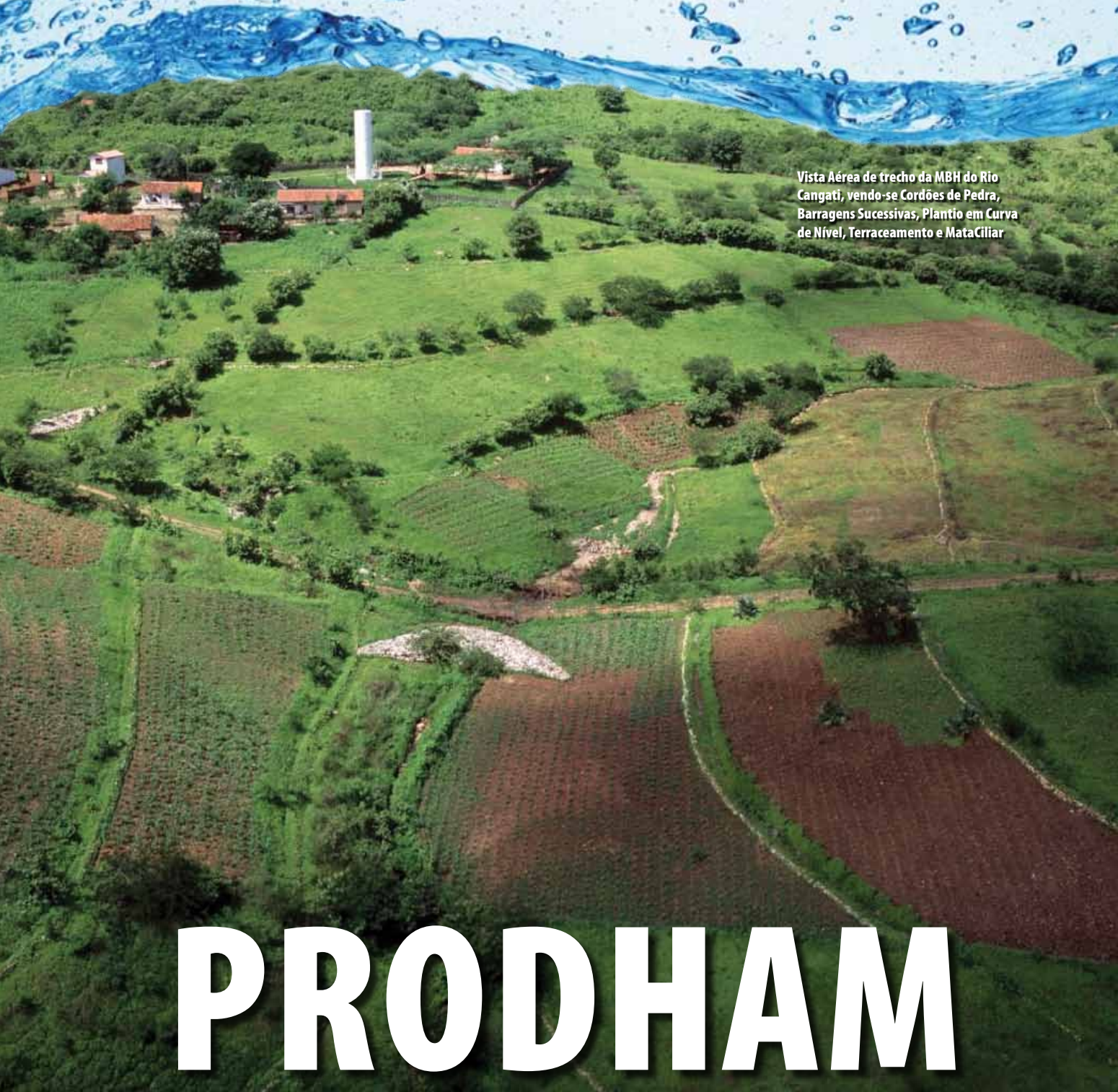
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

TEIXEIRA, V. M. S. R. (2006). *A participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas na Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – avanços, limites e desafios*. UFC, Fortaleza – CE. (Dissertação de Mestrado).

1 Engº Agrônomo, Mestre em Irrigação e Drenagem/UFC, Gerente das Bacias Metropolitanas da COGERH/CE. Rua Tenente Wilson, 448, Cep. 60.850-810 - Fortaleza-CE. E-mail: berthyer.peixoto@cogerh.com.br.

2 Geógrafa, Mestre em Geografia Agrária/UFS, Coordenadora do Núcleo de Gestão das Bacias Metropolitanas/COGERH/CE. E-mail: marcia.caldas@cogerh.com.br

3 Engenheira Civil, Vice-Presidente do CBH-RMF (2003-2005), Presidente (2005-2007) e (2007-2008), atual Coordenadora de Gestão dos Recursos Hídricos da SRH-CE. E-mail: zita.timbo@srh.ce.gov.br



Vista Aérea de trecho da MBH do Rio Cangati, vendo-se Cordões de Pedra, Barragens Sucessivas, Plantio em Curva de Nível, Terraceamento e Mata Ciliar

PRODHAM

Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental

*Uma ação para o desenvolvimento sustentável no
semi-árido brasileiro nas microbacias hidrográficas*

Na região semi-árida do Nordeste, os solos em sua maioria são extremamente rasos e pobres e a vegetação perde a folhagem no verão. A precipitação anual varia entre 500 - 750 mm, sendo que existe uma grande variabilidade temporal e espacial, com a taxa de evaporação média girando em torno de 2000mm/anuais.

Soma-se a esses fatores, a ocupação desordenada do território, a situação fundiária complexa e o modelo de exploração agrícola inadequado, levando a problemas de destruição da biodiversidade e consequente diminuição da disponibilidade dos recursos hídricos, acelerando o processo de empobrecimento das populações radicadas na região, apresentando alta vulnerabilidade aos períodos de estiagem e baixa qualidade de vida, nos limites da sobrevivência humana em períodos mais críticos de contingência climática.

PRODHAM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL

O Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental – PRODHAM (2001-2006), concebido como parte integrante do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH), constitui um dos projetos-piloto prioritários na busca de formas de promoção da sustentabilidade dos recursos hídricos e das populações rurais do Estado, mitigando assim os efeitos sociais e econômicos das secas e corrigindo o processo de degradação ambiental causado pela conjugação dos períodos cíclicos de estiagem e uma forte pressão antrópica, que atua especialmente nas nascentes das bacias hidrográficas.

Dentre as características mais importantes do projeto, ressalta-se a



**Equipe do PRODHAM e Lideranças
Comunitárias após Evento de Capacitação**

proposta de inovação tecnológica no domínio hidroambiental e produtivo, a qual requer a experimentação e assimilação de novas formas de trabalho no meio rural (infra-estruturas hidroambientais, sistemas de produção agroecológicas, gerenciamento sustentável dos recursos etc.), assim como a sua proposta de trabalho participativo com as populações locais.

O PRODHAM permitiu, igualmente, desenvolver um trabalho de conscientização das comunidades sobre sua permanente responsabilidade na preservação e multiplicação dessa experiência de recuperação e preservação hidroambiental.

Para a implementação do PRODHAM, em caráter piloto e experimental, foram selecionadas 04 microbacias do Estado do Ceará, sendo localizadas duas na região do semi-árido (Rios Cangati e Batoque) e duas em áreas sub-úmidas (Rios Pesqueiro e Salgado), com uma superfície variando de 3.000 a 5.000 ha e que estão inseridas em bacias hidrográficas que tem como principal função o abastecimento humano. A população residente nas áreas está entre 170 - 350 famílias e a estrutura econômica e produtiva está baseada em uma agricultura de subsistência.

METODOLOGIA DE TRABALHO A - CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS HIDROAMBIENTAIS

O território do Estado do Ceará é constituído em 80% por rochas cristalinas de cobertura pedológica

pouco espessa, e por isto com baixo potencial de reserva de água, sendo por vocação um espaço destinado a construção de reservatórios, canais de perenização e interligação de bacias e demais tecnologias, que possam utilizar os materiais encontrados em condições naturais como rochas fragmentadas por choque térmico e o cascalheiras de acumulação.

Este perfil orientou a definição das obras hidroambientais implementadas que permitem mitigar os efeitos da seca e do processo de degradação ambiental na sua área de influência com a construção de dispositivos de acumulação natural de umidade e sedimentos e de manejo de solos, com técnicas apropriadas de conservação, para organizar a recomposição da biodiversidade com essências nativas selecionadas.

A capacitação dos produtores nessa área temática permitiu a formação de multiplicadores rurais que foram responsáveis, juntamente com os técnicos do projeto e técnicos das diversas secretarias municipais, na replicação (execução e acompanhamento) dessas atividades em outras áreas do Estado.

Para garantirmos um maior conhecimento sobre as obras e seus impactos por parte da população residente nas Microbacias Hidrográficas (MBHs) e os parceiros diretos do projeto, foram elaborados diversos eventos de divulgação, que contribuíram para a manutenção e reconhecimento da população dos problemas gerados pelo não uso de técnicas corretas de manejo a água e do solo.

Visando ampliar o universo de atores sociais envolvidos na discussão da importância da mudança de comportamento dos produtores e de sua responsabilidade na manutenção de um ambiente saudável, os professores envolvidos no Programa de Alfabetização dos Adultos e do Ensino Fundamental e Médio foram também capacitados, possibilitando

a elaboração de algumas aulas utilizando a temática das obras e sua relação com o meio ambiente.

Alguns exemplos de obras de infraestrutura que foram implantados:

- » Cordões de Pedras: aumento da capacidade de retenção de água no solo, contenção de sedimentos gerados pelos processos erosivos nas áreas cultivadas dentro da MBH's;

- » Mata Ciliar: sustentação e preservação das margens dos cursos d'água, aumento da disponibilidade de água ao longo da faixa ribeirinha e aumento da biodiversidade, com redução da erosão hídrica;

- » Reflorestamento: regularização do ciclo hidrológico, prevenção do processo erosivo, manutenção da qualidade da água, proteção de fauna e flora, nas nascentes da MBH's;

- » Cisternas e outras técnicas de captação de água: garantia de água pura nos meses secos do ano;

- » Barragens Sucessivas: retenção de sedimentos e umidade na rede de drenagem natural, com a melhoria da flora e da fauna e aumento da biomassa forrageira;

- » Barragens Subterrâneas: Garantia de água para o abastecimento humano, animal e aumento do substrato úmido para o plantio (sub-irrigação).

- » Cobertura Morta: Umidade do solo prolongada, e adição de matéria orgânica ao longo do tempo.

B - DESENVOLVIMENTO E EXPERIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Procurou-se no PRODHAM, o desenvolvimento e experimentação de sistemas de produção alternativos que sejam compatíveis com a preservação do meio biofísico e a melhoria da renda e qualidade de vida dos produtores rurais locais. Para isso, executa-se uma capacitação institucional e específica, procurando inclusive incentivar atividades não agrícolas que reduzam a pressão antrópica sobre os recursos naturais, dando opções econômicas para manutenção da renda em momentos críticos.



Imagem Aérea, na MBH do Rio Cangati, Mostrando as Práticas de Enleiramento de Restos Vegetais, Cordões de Pedra em Contorno, Barragens Sucessivas e Plantio em Curva de Nível.

Arquivo PRODHAM

C - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DA CIDADANIA NO MEIO RURAL

A proposta de trabalho com as comunidades foi elaborada tendo por objetivo garantir uma efetiva participação dos atores sociais no planejamento e na gestão do projeto e uma maior transparência das ações e da aplicação dos recursos financeiros.

Foi desenvolvido uma sistemática de trabalho, onde as lideranças e representantes das diversas comunidades tomavam consciência da dimensão do projeto, da importância da formação de fóruns de discussão do projeto e das atividades outras existentes na área. Foi ressaltado a importância de se eleger representantes que fossem comprometidos com o desenvolvimento da comunidade e com o processo de gerenciamento participativo.

Visando subsidiar a comunidade de informações foi elaborado um diagnóstico sócio - ambiental e econômico das comunidades que serviu de base para a formulação dos Planos Integrados das Microbacias Hidrográficas.

Buscando fortalecer ainda mais essa ação de co-gestão foram desenvolvidas capacitações / acompanha-

mento das atividades das diversas associações comunitárias da área e grupos informais que tinham como objetivo principal apoiá-los na sua organização interna e dotá-los de instrumentos para um funcionamento transparente, incentivando a adoção de estratégias de inclusão social (equilíbrio de gênero e participação de jovens), de prestação de contas, de mobilização das populações e de consulta/informação entre os associados.

Em estreita parceria com as Secretarias Municipais de Educação foi implantado um sistema de alfabetização para todos os adultos envolvidos nas atividades do projeto que permitirá a democratização do conhecimento e o processo de inclusão social.

Visando elevar a auto-estima da população residente na área, fortalecer o espírito empreendedor e resgatar a identidade cultural da área, o projeto tem apoiado a formação de grupos culturais.

D - CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO DA MICROBACIA HOMOGÊNEA (MBH)

O debate sobre a inter-relação entre degradação ambiental, pobreza e desenvolvimento sócio-econômico incentivou ao projeto PRO-

DHAM a formular uma proposta de intervenção que tem por finalidade incentivar a população em geral a adoção de práticas ambientais compatíveis com o ambiente em que vivem e atividades econômicas outras que mitiguem a ação das secas, reduzindo a ação antrópica sobre o semi-árido.

Ações simples de reflorestamento das áreas urbanas e mata ciliar, coleta seletiva do lixo e compostagem, manuseio e uso adequado dos recursos hídricos disponibilizados ao consumo humano (cisternas, poços, dessalinizadores etc), controle de animais, mudança de práticas agrícolas inadequadas, adoção de tecnologias dentre outras, são estimuladas.

Ocorreu uma substancial melhoria do acompanhamento das condições ambientais, principalmente na questão do lixo, reduzindo de forma significativa à poluição dos recursos hídricos e o comprometimento do abastecimento de água potável, identificados na região.

RESULTADOS OBTIDOS

Um aspecto bastante positivo no desenvolvimento do PRODHAM é a crescente participação dos diversos atores sociais envolvidos nas discussões de implementação das ações e gerenciamento dos recursos financeiros destinados as obras hidroambientais e sua crescente preocupação em garantir a utilização desses recursos em atividades sustentáveis, que possam trazer melhorias de vida, principalmente para os jovens e mulheres.

Outra questão que merece destaque é o conhecimento adquirido pela população em geral dos problemas ambientais e da importância de preservação da Microbacia Hidrográfica para a manutenção da rede hídrica do Estado.

Quando as obras hidroambientais, os resultados que já podemos verificar são os seguintes:

1. Terraceamento

- » Aumentou a capacidade de retenção de água pelo solo para o uso das culturas;
- » Melhorou a topografia e possibilita a mecanização em áreas agrícolas.
- » Reduziu o pico de descarga de cursos d'água, o que contribui no controle do risco de inundações nas áreas mais baixas das MBH's;

2. Cordões de vegetação em contorno

- » Modificou o micro-relevo entre a faixa de solo compreendida entre dois cordões sucessivos, além de aumentado a profundidade do solo;
- » Melhorou a capacidade de uso e a aptidão agrícola;
- » Possibilitou usos múltiplos da vegetação plantada nos cordões (forragem, lenha, frutos, estacas).

3. Adequação de estradas vicinais

- » Melhorou as condições de acesso para as comunidades.

4. Abastecimento comunitário (Poços e Cisternas)

- » Garantiu água para o abastecimento humano e animal.

5. Recuperação de áreas degradadas e reflorestamento

- » Regularizou o ciclo hidrológico;
- » Reduziu a erosão;
- » Melhorou a qualidade da água;
- » Proteção da fauna e da flora.

6. Barragem sucessiva

- » Ocorreu o ressurgimento da flora e fauna nas áreas de influência das barragens;
- » Melhorou a disponibilidade da biomassa forrageira nas áreas de influência das barragens;
- » Melhorou a qualidade da água dos tributários;
- » Diminuiu a erosão/assoreamento dos açudes.

7. Cordões de pedra em contorno

- » Modificou o micro-relevo entre a faixa de solo compreendida entre dois cordões de pedras sucessivos,



Detalhe do Canal de Retenção d'água de um Cordão de Pedra próximo do Rio Cangati em Canindé-CE

além de ter aumentado a profundidade do solo;

- » Melhorou a capacidade de uso e a aptidão agrícola.

8. Barragem subterrânea

- » Garantiu água para o abastecimento;
- » Proporcionou um substrato úmido para plantio.

CONCLUSÕES

O Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental - PRODHAM se constituiu em um Projeto Piloto integrado que se mostrou eficiente no controle da ação antrópica sobre os recursos naturais, aumentando a resistência aos efeitos das estiagens e possibilitando o desenvolvimento sustentável das populações rurais em torno das microbacias hidrográficas. Ao reduzir os efeitos danosos da erosão hídrica, proporcionou melhores condições para o aumento do rendimento das produções agrícolas, inclusive aumentando o uso hidroagrícola do solo, pelo aproveitamento dos sedimentos úmidos retidos nas barragens sucessivas.

O PRODHAM mostrou que o gerenciamento de bacias não se restringe ao controle da água a jusante dos barramentos, mas também a montante, nas nascentes das diferentes bacias.

O PRODHAM evidenciou ainda que é possível desenvolver tecnologias para o semi-árido do Nordeste do Brasil, que possibilitem a sustentabilidade da ação econômica com a visão de conservação dos recursos hidroambientais. ■

Conselho de Altos Estudos:

Estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Ceará

O Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa é um órgão técnico-consultivo voltado ao planejamento de políticas públicas para as áreas mais relevantes ao crescimento e desenvolvimento do Ceará. Foi instituído em 2007, por meio da resolução 557, por iniciativa do presidente da Mesa Diretora, deputado Domingos Filho (PMDB).

Como não poderia deixar de ser, em um Estado como o Ceará, sujeito aos rigores do clima, o primeiro tema a ser tratado foi 'Água'. Instituir estratégias e estabelecer políticas públicas para a convivência com as estiagens periódicas que assolam nosso Estado passa pelo correto gerenciamento dos recursos hídricos. Assim, por meio do Pacto das Águas, o Conselho fez um levantamento de toda a situação, realizando seminários regionais onde foram ouvidas as lideranças locais e a população.

O trabalho resultou na elaboração de um diagnóstico contido no documento "Cenário Atual dos Recursos Hídricos", ponto de partida para a elaboração do documento final, o Plano Estratégico para os Recursos Hídricos do Ceará contendo uma estratégia geral para o Estado, e 11 Cadernos Regionais das Bacias Hidrográficas, mapeadas e diagnosticadas pelo Pacto das Águas. Com a parceria entre a Agência Nacional de Águas (ANA), Governo do Estado do Ceará e a Assembleia, foi entregue à sociedade um plano exequível e já pactuado pelos órgãos, instituições e entidades da sociedade civil.

No início de 2010 o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos direcionou seu trabalho pra duas frentes distintas, mas igualmente importantes. Atualmente, dois Pactos estão em andamento: o "Pacto pela Vida e contra as Drogas" e "Pacto pela Convivência com

o Semiárido". Os temas escolhidos refletem a necessidade atual de discussões de diagnóstico e elaboração de políticas públicas que devem ser debatidas pelas instituições, órgãos governamentais articulados pela Assembleia.

O Pacto pela Vida surgiu diante da realidade dos usuários de drogas recorrentemente presentes no cotidiano de nossa sociedade. O objetivo é discutir a situação atual no Estado e propor políticas públicas, sustentando-se em quatro frentes: prevenção, tratamento, repressão ao tráfico e reinserção social dos usuários. O produto final será um "Plano de Ações Integradas frente às Drogas". Com isso, a sociedade contará com um planejamento integrado que levará em conta a realidade atual e as pactuações e compromissos firmados pelas representações envolvidas.

O Ceará, com o seu território quase totalmente inserido no semiárido, deverá sofrer impactos sobre seus sistemas de abastecimento e projetos de irrigação, os quais poderão ser fortemente afetados pelas mudanças climáticas, em vista da possibilidade da redução de disponibilidade hídrica. Neste contexto, levando em consideração a existência em nosso Estado de áreas suscetíveis à desertificação, onde se identifica o desmatamento indiscriminado, as queimadas e o pastoreio principalmente de caprinos e ovinos acima da capacidade de suporte do ambiente, serão sugeridos a adoção de medidas que possam mitigar os efeitos. Está sendo elaborado ainda um elenco de pressupostos e estratégias para convivência com o semiárido de forma a evitar que as mudanças climáticas possam afetar o desenvolvimento sustentável de nossa região.



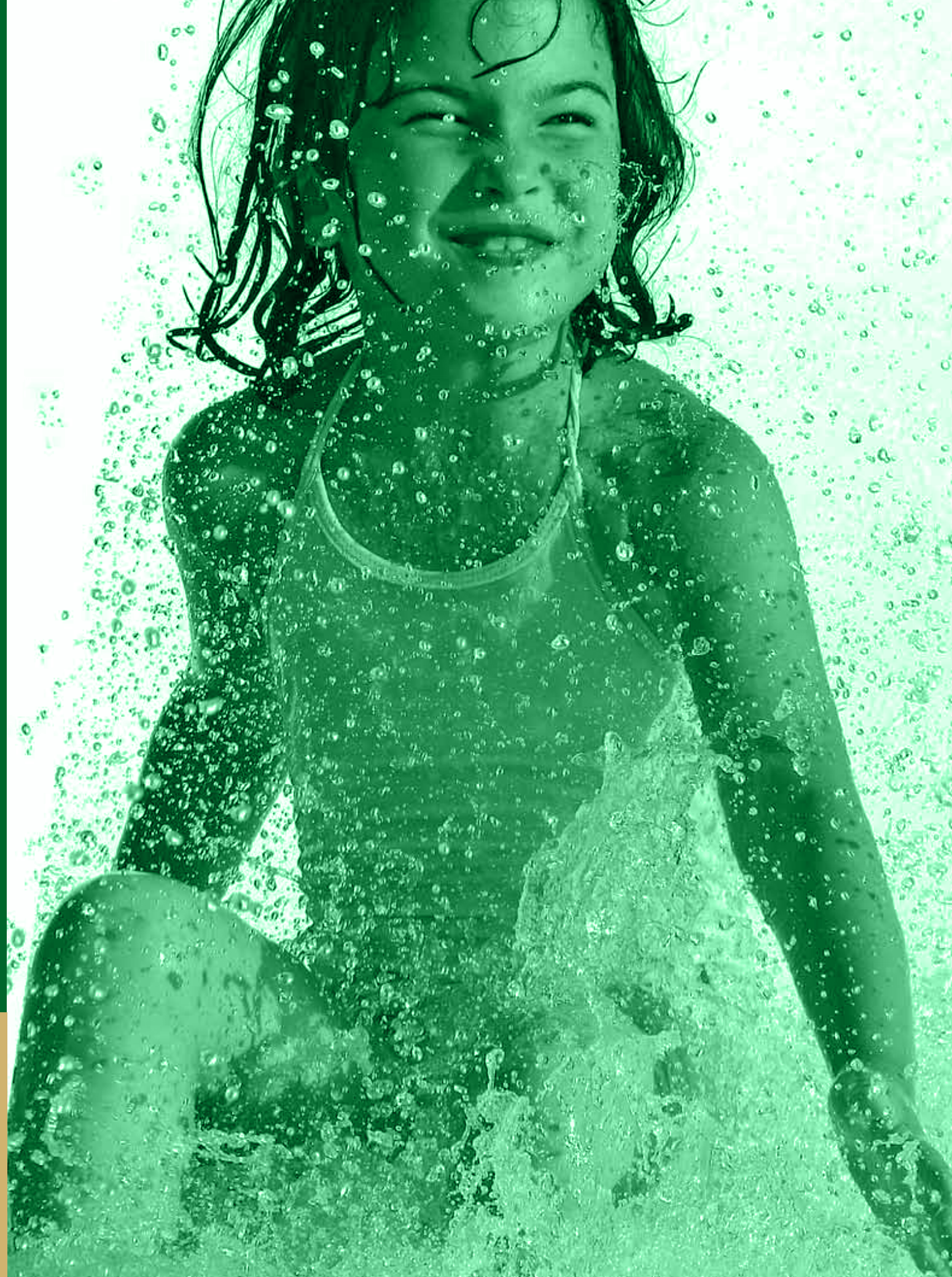
Conselho de Altos Estudos

Assembléia Legislativa do Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807

Bairro: Dionísio Torres - CEP: 60170.900

Fone: (85) 3277.2500





XII ENCOB

Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas



Comitês de Bacias na Gestão das Águas A importância da Comunicação e Mobilização

22 a 26 de novembro de 2010
FORTALEZA - CEARÁ - BRASIL
www.encob.org

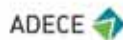
Patrocinio Master



Promoção e Realização



Patrocinio



Após



Organização

